



André Domingo Moreira dos Santos

Projeto de Graduação

Envelhecimento Demográfico em Meio Urbano: Estudo Exploratório do Idoso Isolado na
Perspetiva dos Agentes da Polícia Municipal de Santo Tirso

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

1º Ciclo de estudos em Criminologia

Porto, 2019

André Domingo Moreira dos Santos

Envelhecimento Demográfico em Meio Urbano: Estudo Exploratório do Idoso Isolado na
Perspetiva dos Agentes da Polícia Municipal de Santo Tirso

Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2019



André Domingo Moreira dos Santos

Projeto de Graduação

Envelhecimento Demográfico em Meio Urbano: Estudo Exploratório do Idoso Isolado
na Perspetiva dos Agentes da Polícia Municipal de Santo Tirso

André Domingo Moreira dos Santos

Projeto apresentado à Faculdade de
Ciências Humanas e Sociais da Universidade
Fernando Pessoa, como parte dos requisitos
para a obtenção do grau de Licenciatura em
Criminologia, sob orientação do Prof. Doutor
Rui Maia.

Porto, 2019

RESUMO

Portugal está a tornar-se num país de população envelhecida. O aumento exponencial do número de idosos na estrutura populacional é devido, por um lado, à diminuição da natalidade e, por outro, ao aumento da esperança média de vida.

Uma das consequências, mais gravosas, deste fenómeno é o da população nesta faixa etária ser vítima de isolamento. Isto acarreta efeitos negativos na pessoa como individuo e na sociedade como um todo. Por esta razão, a sociedade tem o dever de procurar soluções sustentáveis e eficazes face a esta problemática.

O objetivo do presente trabalho consistiu em averiguar a perceção e o entendimento da Polícia Municipal de Santo Tirso sobre o grau de visibilidade do fenómeno do isolamento da população idosa, explorar e clarificar o contributo dos modelos de policiamento implementados pelas diferentes forças de segurança.

Foi realizado um estudo de cariz exploratório, tendo-se utilizado a entrevista semiestruturada como instrumento de recolha de informação aplicada aos Agentes da Polícia Municipal de Santo Tirso.

Palavras-Chave: Polícia Municipal, Envelhecimento demográfico, Idosos isolados.

ABSTRACT

Portugal is becoming an aged populated country. The exponential rising of the number of elders in the populational structure is due to, in one hand, the decrease in birth rates and, in the other, the growing rate of average life expectancy.

Perhaps one of the most problematic consequence of this phenomenon is the isolation among the elderly population. This tends to bring negative effects to the individual person and to the society as a whole. For this reason, society needs to find effective and sustainable solutions to deal with this problematic phenomenon.

The challenge of this paper consisted in determining the perception's degree of Polícia Municipal de Santo Tirso, about how visible the isolation phenomenon of the elderly population really is, shedding light and clarifying the contribution of the implemented policing models by the different police forces.

An exploratory study was conducted using semi structured interviews as a tool for gathering information. The interviews were conducted with the Police Agents of Polícia Municipal de Santo Tirso.

Keywords: Municipal Police, Demographic ageing, Isolated elders.

AGRADECIMENTOS

À minha Família, em especial à minha mãe, pelo apoio incondicional e paciência durante os anos da minha licenciatura.

Aos que considero amigos, que me apoiaram e contribuíram positivamente para a realização deste Projeto de Graduação.

À Universidade Fernando Pessoa e ao seu corpo de docentes que contribuíram sem dúvida na minha evolução académica e pessoal.

Aos Agentes da Polícia Municipal de Santo Tirso, em especial aos Agentes Carlos Pereira e Rui Malheiro a quem vim a considerar amigos, pelo ótimo acolhimento, transmissão de conhecimento, disciplina de trabalho e pelo espírito humorístico que tornaram completo o meu estágio curricular. A eles, que não serão esquecidos, um abraço.

Ao Prof Doutor Rui Maia que teve a tarefa de orientar o meu projeto, pela experiência e conhecimento que me transmitiu ao longo deste trabalho.

Índice

INTRODUÇÃO	1
PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO	2
CAPÍTULO I - ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO	2
1. Conceitos de Idade e de Envelhecimento	2
2. Perspectiva Global do Envelhecimento	3
2.1. Enquadramento Histórico Mundial	3
2.2. Enquadramento Histórico em Portugal	4
3. Ciências do Estudo do Envelhecimento	5
3.1. Geriatria	6
3.2. Gerontologia.....	7
3.2.1. Envelhecimento Biológico.....	7
3.2.2. Envelhecimento Psicológico.....	7
3.2.3. Envelhecimento Social.....	7
3.3. Sociologia.....	8
3.3.1. Percepção Temporal no Isolamento.....	9
3.3.2. Isolamento e Resiliência.....	9
4. Envelhecimento em Meio Urbano.....	10
4.1 O Espaço Urbano.....	11
4.2 Uma Cidade Amigas dos Idosos.....	12

CAPÍTULO II - SEGURANÇA E POLICIAMENTO.....	15
1. Modelos de Intervenção Policial Dirigidos aos Idosos.....	15
1.1. Guarda Nacional Republicana.....	16
1.1.1. "Programa Censos Sénior"	17
1.2. Polícia de Segurança Pública.....	18
1.2.1. "Apoio 65 - Idosos em Segurança"	19
1.3. Polícia Municipal.....	20
1.3.1. Polícia Municipal de Santo Tirso.....	21
2. Insuficiências da Intervenção Policial.....	22
2.1. (Dis)Funções das Forças de Segurança.....	22
2.2. Políticas Públicas de Segurança.....	24
2.3. Modelos de Policiamento Urbano.....	27
 PARTE II - ENQUADRAMENTO EMPÍRICO.....	 30
 CAPÍTULO III – METODOLOGIA DO ESTUDO	 30
1. Abordagem Empírica	30
2. Objectivos	31
3. Desenho Metodológico.....	32
4. Resultados.....	33
5. Discussão e Produção de Propostas.....	37

CONCLUSÃO	40
-----------------	----

BIBLIOGRAFIA.....	42
-------------------	----

ANEXOS

Anexo A: Guião da entrevista semiestruturada a realizar aos Agentes da Polícia Municipal de Santo Tirso

Anexo B: Transcrição da entrevista semiestruturada (Agente da PM Santo Tirso)

Anexo C: Transcrição da entrevista semiestruturada (Agente da PM Santo Tirso)

Anexo D: Transcrição da entrevista semiestruturada (Agente da PM Santo Tirso)

Anexo E: Transcrição da entrevista semiestruturada (Agente da PM Santo Tirso)

Anexo F: Guião de questionário dirigido aos idosos de Santo Tirso

Índice de Figuras

Figura 1: % População Residente e população com 65 e + anos em 2011.....	10
Figura 2: Determinantes do envelhecimento ativo OMS (2009).....	13
Figura 3: Manter a capacidade funcional ao longo da vida.....	14

Índice de Quadros

Quadro 1: Estrutura da População Portuguesa (em percentagem)	20
Quadro 2: Peso dos grupos etários no total da População (em percentagem).....	25

INTRODUÇÃO

O presente projeto é baseado no estudo do envelhecimento demográfico em contexto urbano, seguindo uma abordagem exploratória com a finalidade de analisar a perceção e a linha de atuação dos Agentes da Polícia Municipal de Santo Tirso perante este fenómeno.

A escolha deste tema foi o resultado da interação, quer espontânea ou em ocorrências, com a população mais envelhecida de Santo Tirso durante o estágio curricular com a Polícia Municipal. Algumas das ocorrências eram sinalizadas e reportadas à Ação Social que, em visitas ao domicílio, avaliavam a situação habitacional do idoso. Tendo o investigador acompanhado as Técnicas da Ação Social em algumas dessas visitas, foi notório em muitos casos o baixo grau de envolvimento social com a família e/ou com a vizinhança, o que motivou o investigador a explorar a temática do isolamento.

O presente projeto está dividido em duas grandes partes. Na primeira, referente à revisão da literatura, serão exibidos os conteúdos relativos ao estado da arte da temática em questão. No primeiro capítulo, será apresentada a questão do envelhecimento demográfico numa visão global e sob a perspetiva das ciências do estudo envelhecimento, nomeadamente da geriatria, gerontologia e sociologia, com especial atenção ao envelhecimento no espaço urbano. No segundo capítulo, é focado o modelo de intervenção das diferentes forças de segurança e a sua ação preventiva em forma de programas especiais dirigidos aos idosos, bem como as insuficiências das políticas públicas e de intervenção policial face à problemática do envelhecimento.

Por fim, na segunda parte e último capítulo do projeto, referente ao enquadramento empírico, será exposta a abordagem empírica, os objetivos específicos que se pretendem atingir para a concretização dos objetivos gerais, a metodologia utilizada para a recolha de informação, a apresentação dos resultados e a sua discussão crítica acerca desta investigação, finalizando o projeto com a produção de propostas.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO I – ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO

Uma vez que este projeto de graduação foca a temática do idoso isolado no contexto do envelhecimento demográfico, é pertinente neste capítulo explorar os conceitos subjacentes a este fenómeno recente que cresce a um ritmo exponencial e tem vindo a inquietar as nações do mundo.

1. Conceitos de Idade e Envelhecimento

A base social do critério, aparentemente natural de classificar segundo a idade, torna-se visível na manipulação da categoria idade consoante a composição numérica das gerações. Enquanto a idade de velhice era de cinquenta anos, no início do século XX, o aumento demográfico da velhice fê-la avançar para sessenta e cinco na atualidade. (Caradec, 2002, cit.in Vaz, 2008, p.45-48)

Lenoir (1998, cit. In Vaz, 2008) sustenta que a idade é: “Medida abstracta cujo grau de precisão – reconhecido em certas sociedades – é explicado sobretudo pelas necessidades da prática administrativa (na medida em que já não é suficiente a identificação dos indivíduos, o nome e o lugar de moradia).”

Em suma, refere Vaz (2008), o fator idade é central à construção do significado atribuído à velhice. A perceção da velhice em função da idade ou idade subjetiva não é, não entanto, coincidente com a idade objetiva que define socialmente a velhice.

Assim, determinar o início da idade de velhice apresenta algumas dificuldades pois pese embora a “Organização Mundial da Saúde (OMS) classificar cronologicamente como idosos as pessoas com mais de 65 anos de idade”, a “Organização das Nações Unidas (ONU) utiliza os 60 anos para referir a pessoas mais velhas”.

A outra dimensão de manipulação da idade é a questão geracional manifestada na discriminação dos indivíduos pela sua idade por parte dos indivíduos mais jovens. Bodily (1994, cit. in Vaz, 2008) refere o termo *ageism* (...) para caracterizar a discriminação que os indivíduos jovens fazem dos de mais idade uma vez que lhes permite vê-los como diferentes deles próprios.

Sendo o envelhecimento um fenómeno do processo da vida, assim como a infância, a adolescência e a maturidade, é marcado por mudanças biopsicossociais específicas, associadas à passagem do tempo. (Ávila, Guerra & Meneses, 2007, cit. in Ferreira, O. G. L., 2010). Enquanto fenómeno psicossocial, essas conceções contribuíram para os processos de formação de condutas, orientação das comunicações sociais e estruturação da identidade do idoso, assim como para as práticas sociais a ele dirigidas. (Almeida & Cunha (2003, cit. in Ferreira, O. G. L, 2010).

Se o envelhecimento da população e o desenvolvimento urbano são o culminar de conquistas importantes em termos de saúde pública e de nível de vida, a OMS defende agora “o envelhecimento ativo como o processo de otimização das condições de saúde, participação e segurança, de modo a melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem.” (World Health Organization [WHO], 2002, p.12).

2. Perspetiva Global do Envelhecimento

A velhice foi sempre percebida como um momento particular da vida humana em relação ao qual foram variadas as perspetivas sociais e culturais desde a Antiguidade. (Bourdelaís, 1993, cit. in Vaz, 2008, p.42).

Segundo Meirelles (2000), a velhice pode assim ser vista pelos dois lados: como o apogeu de uma vida ou como a decadência de um indivíduo. Ao longo da Humanidade, o eterno conflito da velhice perpetuou-se até os nossos dias.

2.1 Enquadramento Histórico Mundial

Segundo Vaz (2008, p.39), na história das sociedades ocidentais a estrutura familiar, nos séculos XVIII, XIX e princípios de XX, assegurava a protecção das pessoas mais velhas (...) quando ficavam incapazes de se bastarem a si próprias (...). O desenvolvimento do trabalho assalariado aliviou progressivamente a família das funções educativa e de segurança social, passando-as em parte para a esfera da responsabilidade pública (Prost, 1991; Fernandes, 1997). (...) A consequente alteração das formas de organização familiar e dos modos de vida, abalou fortemente a função social das ‘pessoas de idade’ (Lima e Viegas, 1988).

A partir de meados do século XIX, com a industrialização, houve uma queda acentuada da mortalidade infantil pelas descobertas farmacológicas e a melhoria nas condições de vida, e um aumento significativo da longevidade (Fontaine, 2000). No início dos anos 60 na Europa pós-industrial e iminentemente urbana, o mesmo progresso era agora responsável por uma forte diminuição da natalidade, naquilo que a Organização das Nações Unidas designou como a “Era do Envelhecimento”.

A nível internacional foram realizadas três Assembleias Mundiais sobre o Envelhecimento: i) I Assembleia promovida pela ONU (1982) sobre política social dirigida à população idosa; ii) II Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento (2002) com a elaboração de um Plano Internacional de Ação para o Envelhecimento; iii) III Assembleia das Nações Unidas sobre o Envelhecimento (2007) para as temáticas dos maus tratos e abandono de idosos e pessoas desprotegidas (Bernardo, 2014).

2.2 Enquadramento Histórico em Portugal

O envelhecimento da população portuguesa e a política de velhice mereceram, pela primeira vez, (...) em 1969, a atenção do Estado português num período em que outros países da Europa o abordavam de forma desenvolvida. Nesse mesmo ano realizou-se em Portugal um seminário intitulado *Política para a Terceira Idade*, com o objetivo de contribuir para a definição das bases de uma política social dirigida às “pessoas de idade”. (Vaz, 2008)

O programa de acção do II Governo Provisório em 1974 não valorizou, no conjunto das medidas de política social, a prioridade de adopção de novas providências na invalidez e velhice. Serviu-se de um diagnóstico preliminar dos problemas para indicar algumas medidas de carácter correctivo como a criação de unidades residenciais para acolhimento das “pessoas de idade” sem família e a remodelação dos asilos existentes (...) (Quaresma, 1988, cit. in Vaz, 2008, p.75)

O direito à protecção social na velhice, viria a ser consagrada na Constituição da República de 1976 no Artigo 63.º - Segurança social e solidariedade, mas a efetiva implementação de medidas que permitiriam melhores condições de vida às “pessoas de idade” só viria em 1988 com a criação da Comissão Nacional para a Política da Terceira Idade. Dela resultaram diplomas (...) como o Decreto-Lei n.º 141/89 que estabelece normas

de funcionamento de apoio domiciliário, voluntariado social e ajudantes familiares (...). (Vaz, 2008, p.75)

Finalmente, na revisão de 1992, acrescentou-se o artigo 72.º (terceira idade) à Constituição da República Portuguesa enquanto emendador das desigualdades sociais respeitantes aos idosos.

Artigo 72.º - Terceira idade

1 - As pessoas idosas têm direito à segurança económica e a condições de habitação e convívio familiar e comunitário que respeitem a sua autonomia pessoal e evitem e superem o isolamento ou a marginalização social.

2 - A política de terceira idade engloba medidas de carácter económico, social e cultural tendentes a proporcionar às pessoas idosas oportunidades de realização pessoal, através de uma participação ativa na vida da comunidade.

3. Ciências do Estudo do Envelhecimento

Em função da mudança do perfil demográfico mundial, é necessária toda uma reestruturação social, política e económica. A velhice tem necessidades próprias, características e peculiaridades que devem ser atendidas quer no âmbito institucional quer no da saúde.

Assim, o envelhecimento demográfico mundial já provocou o surgimento de especialidades como a geriatria e a gerontologia. Enquanto a primeira refere-se ao campo da medicina que se ocupa das enfermidades do organismo do idoso, a segunda, tal como designa a sua etimologia grega, é a ciência que estuda (*logos*) o envelhecimento (*geros*). (Zimerman, 2000)

Uma leitura sociológica dos impactos políticos do envelhecimento demográfico, quer se trate da sustentabilidade das reformas, do crescimento das despesas com a saúde, das formas de intervenção ao nível da prestação de cuidados formais e informais, da transição dos tempos de atividade para os de inatividade, são temas que constituem objeto de reflexão e debate para um número crescente de investigadores de várias áreas científicas. (Fernandes, 2004, p.14).

3.1. Geriatria

O envelhecimento segundo Santos (et al. 2009, cit. por Oliveira, 2012, p. 7) é “um processo universal, por ser natural; é irreversível, apesar de todos os avanços médicos e científicos; é heterogéneo e individual; é danoso já que pressupõe uma perda progressiva; é intrínseco e único e é um processo que envolve inúmeros fatores, de ordem endógena e de ordem exógena”.

Referem Zinberg e Kaufman, (1987, cit. in Vaz, 2008) que como fenómeno biológico, o envelhecimento tem sido interpretado em ligação com teorias que explicam as causas do envelhecimento celular e do aparecimento de perturbações de saúde que, por sua vez, fazem diminuir as probabilidades de sobrevivência à medida que a idade avança

A abordagem constitutiva das teorias do envelhecimento celular só emergiu no século XIX em resultado das pesquisas de um grupo de médicos (...) que propuseram a utilização de novas técnicas e teorias para o tratamento de pessoas mais velhas (Haber, 1986, cit. in Groisman, 2002). Até esse período, a medicina não separava as ‘pessoas de idade’, como categoria, dos outros pacientes, prescrevendo-se terapêuticas de forma indiferenciada, sem consideração das especificidades das idades do organismo.

O envelhecimento segundo Morín (2003, cit. in Silva, 2003) “é um processo que ocorre durante o decurso da vida do ser humano, iniciando-se com o nascimento e terminando com a morte”. O envelhecimento manifesta-se, portanto, na fase final da vida do homem e, divide-se em três fases sucessivas, podendo não passar por todas ou atingi-las em simultâneo: idoso, senescência e senilidade.

Segundo Fontaine (2000), pode definir-se o envelhecimento como o conjunto de processos que o organismo sofre após a sua fase de desenvolvimento, sendo um fenómeno de involução. O desafio de uma velhice bem-sucedida deverá reunir três condições:

- Reduzida probabilidade de doenças, em particular as que levam à perda de autonomia.
- Manutenção de elevado nível funcional nos planos físico e cognitivo (velhice ótima)
- Conservação do empenhamento social e bem-estar subjetivo.

3.2. Gerontologia

O fenómeno do envelhecimento humano e populacional está na base da criação de uma nova área de estudos multidisciplinar, a Gerontologia, (...) que de acordo com Fernández-Ballesteros (2000, cit. in Paúl, 2005) é o estudo das bases biológicas, psicológicas e sociais da velhice e do envelhecimento.

Segundo Zimerman (2000), a Gerontologia tem como meta o bem-estar integral do idoso, com a participação de técnicos de diversas áreas, como assistentes sociais, fisioterapeutas, psicólogos, enfermeiros, entre outros. Este trabalho multidisciplinar tem como objetivo garantir uma melhor qualidade de vida ao idoso procurando integrá-lo na família e na sociedade.

3.2.1. Envelhecimento Biológico

Meier-Ruge (1990, cit. in Vaz, 2008)) afirma que o envelhecimento não é uma doença, mas sim um declínio gradual na eficiência do processo metabólico. Em consequência do aumento da idade aparecem mudanças secundárias nos tecidos que são, muitas vezes, interpretadas como doenças da velhice o que induz a dificuldade em distinguir o que é doença do que é envelhecimento.

Neste sentido, Paúl (1991, cit. in Vaz, 2008)) critica a “biomedicalização” do envelhecimento, propondo uma atitude de integração dos problemas psicossociais que coexistem com o processo de envelhecimento.

3.2.2. Envelhecimento Psicológico

De acordo com Fonseca (2004, cit. in Carneiro et al., 2009), parece ser vantajoso o recurso a (...) “categorias” de idade defendidas por Birren e Cunningham (1985) tal como a *idade psicológica*, entendida como a capacidade de natureza psicológica das pessoas para se adaptarem às mudanças de natureza ambiental, determinando as suas competências fundamentais para o controlo pessoal e a autoestima.

Por sua vez, Fernández-Ballesteros (2000) propôs a noção de *idade funcional*, tendo em conta que algumas funções diminuem necessariamente de eficácia (sobretudo as de natureza

física, biológica), outras estabilizam (personalidade) e outras que, na ausência de doença, experimentam um crescimento ao longo de todo o ciclo de vida (experiência, sabedoria).

Marchand (2001, cit. in. Vaz) realça que atualmente já não se questiona que o envelhecimento seja um facto biológico inevitável, associado ao código genético de cada um, mas questiona-se que haja correspondência exata entre envelhecimento físico e declínio intelectual.

3.2.3. Envelhecimento Social

Fernandes (2001, cit. in Vaz, 2008) chama envelhecimento social ao processo de desvalorização económica do saber e da experiência de indivíduos a partir dos 50 anos que os encaminha para situações de salário sem trabalho excluindo-os socialmente de participar na vida ativa, apesar de estar fisicamente aptos.

A sociedade está em mudança e (...) a esperança de vida mudou consideravelmente em todo o mundo. Nesse sentido, a Gerontologia Social deve fomentar meios para que os idosos estejam capacitados a adaptarem-se ao novo conceito dum envelhecimento focado no bem-estar consigo próprio, com o micro e macro ambiente social. Para tal, torna-se evidente a necessidade emergente de trabalhar na promoção da educação dos tendencialmente velhos a fim de equipá-los com uma educação transversal e transdisciplinar (Carneiro et al., 2009).

3.3. Sociologia

A institucionalização do curso de vida na modernidade tem por base a idade cronológica. Como dizem Arber e Ginn (1991, cit in Vaz, 2008) é preciso proceder a uma análise sociológica sobre a razão por que a partir de uma determinada idade a maioria das pessoas são chamadas de idosas e, simultaneamente, são encaradas como um problema social.

Para Gorman (2000, p.7, cit. in Carneiro et al., 2009) “O processo de envelhecimento é, naturalmente, uma realidade biológica que tem a sua dinâmica própria, em grande parte fora do controle humano. No entanto, ele também está sujeito às construções pelas quais em cada sociedade faz sentido a velhice. No mundo desenvolvido, o tempo cronológico desempenha um papel essencial em que a idade de 60 ou 65 anos, está legislada ser a idade de reforma e

ser assim o início da velhice. Mas em muitas regiões do mundo em desenvolvimento, o tempo cronológico tem pouca ou nenhuma importância no sentido da velhice”.

3.3.1. Perceção Temporal no Isolamento

A tendência para a cronologização do percurso das idades, com a consequente cronologização do ciclo de vida, associada à implementação das políticas sociais, tem dado lugar, num contexto de alongamento do tempo de vida e alterações nos próprios sistemas de proteção social, ao estudo da emergência de novos modelos de percurso das idades, da gestão do tempo e do próprio sentido do tempo no percurso de vida. (GUILLEMARD, 1995, cit. in Quaresma, 2004, p. 4)

Segundo Pereira, (2004, cit. in Quaresma, 2004) há duas modalidades básicas de conceber o tempo: a do tempo cíclico e a do tempo linear. O tempo linear é constituído pela maneira de medir o tempo em horas, (...) dias, meses e anos. (...) O tempo cíclico e rítmico é constituído por períodos de extensão variável, de natureza diferente uns dos outros (...). Quem vive isolado arrisca-se a perder não só a percepção mais exata do tempo, seja ele cíclico ou linear, como a perder igualmente a sincronização dos processos próprios e dos que nos correlacionam com os outros.

A pessoa isolada da convivência fica progressivamente afastada destes apoios para a sua própria linguagem. Ao “deixar de saber a quantas anda”, o isolado, tenha a idade que tiver, mas mais ainda na velhice, tem um problema de calendário rítmico, de expectativa, de projeto, mais que de relógio ou de saber qual o dia do mês. (Pereira, 2004, cit in Quaresma, 2004).

3.3.2. Isolamento e Resiliência

O conceito de “*Isolamento social*” diz respeito a integração de uma pessoa e/ou grupo num contexto social. Inclui dados objetivos, como seja o número, o tipo e duração de contactos entre indivíduos e o meio social envolvente. Um dado importante nesta componente é a rede social do indivíduo (Wenger et al., 1996).

Whitbourne (2001, cit. in Quaresma, 2004) (...) conclui que a resiliência assenta em três tipos de fatores de proteção. Segundo esse autor, a tríade da força psicológica da resiliência é composta por: fatores individuais (o temperamento, a reflexão, as capacidades cognitivas,

sentimentos de empatia, humor e as competências sociais), fatores familiares (o calor humano, a coesão e a atenção por parte do principal prestador de cuidados) e fatores de suporte (rede de apoio familiar, o sistema de serviços sociais).

Segundo Pereira (2004), se hoje se categoriza e estuda a resiliência, é certamente para se poderem criar condições para que mais pessoas, na sociedade atual de relações distantes e secundárias, agitada por tantas mudanças e anonimatos, sejam capazes de refazer a sua vida.

4. Envelhecimento em Meio Urbano

A população com 65 e mais anos tem vindo a aumentar significativamente em todos os países da União Europeia o que, aliado ao facto de em muitos deles se observarem baixas taxas de natalidade, tem originado um envelhecimento cada vez maior.

Segundo o Eurostat, em 2010, a população com mais de 65 anos representava 17,4% da população total da União Europeia. Em Portugal, informações recolhidas do Instituto Nacional de Estatística INE (2012) afirmavam que de acordo com os Censos da População em 2011, a população idosa portuguesa representava cerca de 19,4% da população total, sendo por isso um dos países mais envelhecidos do espaço europeu.

A distribuição de idosos no espaço de Portugal Continental apresenta, contudo, realidades diferentes consoante se trate de grandes centros urbanos, regiões urbanas ou rurais e, dentro dos grandes centros urbanos, se se considerarem bairros antigos ou tradicionais ou novas zonas urbanas (Carneiro et al., 2012).

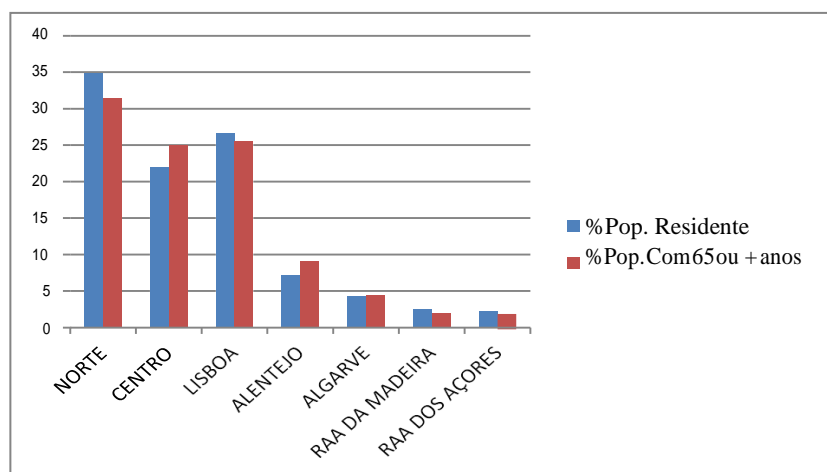


Figura 1: % População Residente e população com 65 e + anos em 2011. (Fonte: INE 2012)

Com efeito, são os concelhos rurais (menos de 15 000 habitantes) que apresentam maior peso da população idosa (27,2%) e, pelo contrário, os Concelhos ou Áreas Metropolitanas os que apresentam valores menores. Por outro lado, é na Grande Lisboa onde o número de idosos a viverem sós é maior (22,3%) o que mostra as grandes assimetrias existentes nos grandes centros urbanos, com áreas antigas e tradicionais apresentando grande peso de idosos e áreas novas (áreas limítrofes) com uma população muito menos envelhecida.

Perante um envelhecimento da sociedade com profundas alterações e desequilíbrios demográficos e sociais, revela-se essencial desenvolver medidas pluridisciplinares para a promoção da saúde, a prevenção da doença e prestação de cuidados sociais (APAV, 2014). O envelhecimento ativo e saudável está relacionado com a promoção da autonomia e assenta em duas premissas: na prevenção do isolamento social e da solidão das pessoas idosas (Caneiro et al., 2012, p.138).

4.1 O Espaço Urbano

Após a década de 70, a dimensão média da família diminuiu substancialmente, aumentando, por seu lado, a importância relativa das famílias compostas por uma pessoa e declinando a importância relativa das famílias com três e mais membros (Rosa, 1996). Assim, a década de 80 foi determinante pois multiplicaram-se por todo o país os serviços direccionados para a população idosa (Lares, Centros de Dia, Centros de Convívio e Apoio Domiciliário), até essa data com pouca expressão (Vaz, 2001).

De acordo com Fonseca et al. (2004), a crescente desertificação do interior rural do país não só dificulta o acesso dos idosos a inúmeros serviços, como limita, significativamente, a natureza e a intensidade das relações sociais: para muitos deles, a sua rede de relações quotidiana restringe-se aos (poucos) vizinhos (...). (cit. in Amor).

Apesar de um certo anonimato e alguma desumanização da vida social em meio urbano, Costa (1999:307) refere a relevância que as características da malha urbana têm na construção e consolidação de sentimentos de pertença ao bairro, de apropriação e de vivência do espaço público (cit. in Amor).

A Organização Mundial da Saúde (2002) refere, porém, que o aumento da proporção de população idosa no total da população, bem como o número de idosos a residirem sozinhos, tem vindo a originar a problemática do isolamento social (...). Este isolamento assenta numa

teia complexa de fatores, com múltiplas origens, e nas quais as opções urbanísticas ocupam um lugar de destaque (...), designadamente a insuficiência e/ou inexistência de equipamentos e infraestruturas de apoio à mobilidade pedonal.

A alteração de funções urbanas que estruturavam o quotidiano dos indivíduos, o redimensionamento das redes de transportes ou a criação de interfaces/plataformas intermodais, são vistos, não só como disruptivos, mas, sobretudo, como mais complexos ou complexificadores do quotidiano (Idem, p.35).

A hostilidade identificada ou atribuída ao espaço urbano configura-se como um elemento central de recomposição da vida quotidiana dos idosos, o qual favorece a perda gradual de interações com outros e, assim, o seu progressivo isolamento social. (Amor, 2011, p.28-39).

4.2 Uma cidade amiga dos idosos

Uma cidade amiga das pessoas idosas estimula o envelhecimento ativo através da criação de condições de saúde, participação e segurança, de modo a reforçar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem. Em termos práticos, adapta as suas estruturas e serviços de modo a que estes incluam e sejam acessíveis a pessoas mais velhas com diferentes necessidades e capacidades (OMS 2012).

Contudo, para poderem ser sustentáveis, as cidades têm de providenciar as estruturas e os serviços que permitem o bem-estar e a produtividade dos seus habitantes. As pessoas mais velhas, em especial, têm necessidade de viver em meios envolventes que lhes proporcionem apoio e **capacitação**, para compensar as mudanças físicas e sociais associadas ao envelhecimento. (Idem)

Esta necessidade foi reconhecida como uma das direções prioritárias do Plano de Acção Internacional de Madrid sobre o Envelhecimento, defendido pelas Nações Unidas em 2002. As políticas, os serviços, os cenários e as estruturas apoiam as pessoas e permitem-lhes envelhecer ativamente, ao:

- Reconhecer que as pessoas mais velhas representam um alargado leque de capacidades e recursos;
- Antecipar e dar respostas flexíveis às necessidades e preferências relacionadas com o envelhecimento;

- Respeitar as suas decisões e escolhas de estilo de vida;
- Proteger os mais vulneráveis e
- Promover a sua inclusão e contribuição em todos os aspetos da vida comunitária.

O envelhecimento ativo depende de uma série de influências ou determinantes (...) entre os quais se incluem condições materiais, bem como os fatores sociais que afetam os tipos de comportamento e os sentimentos de cada indivíduo (Marmot, 2006, cit. in OMS 2012).



Figura 2. Determinantes do envelhecimento ativo (OMS 2009)

Estes determinantes têm de ser encarados segundo uma perspetiva de ciclo de vida, que reconheça que as pessoas idosas não são um grupo homogéneo e que a diversidade individual aumenta com a idade. Esta ideia encontra-se expressa na figura 3.

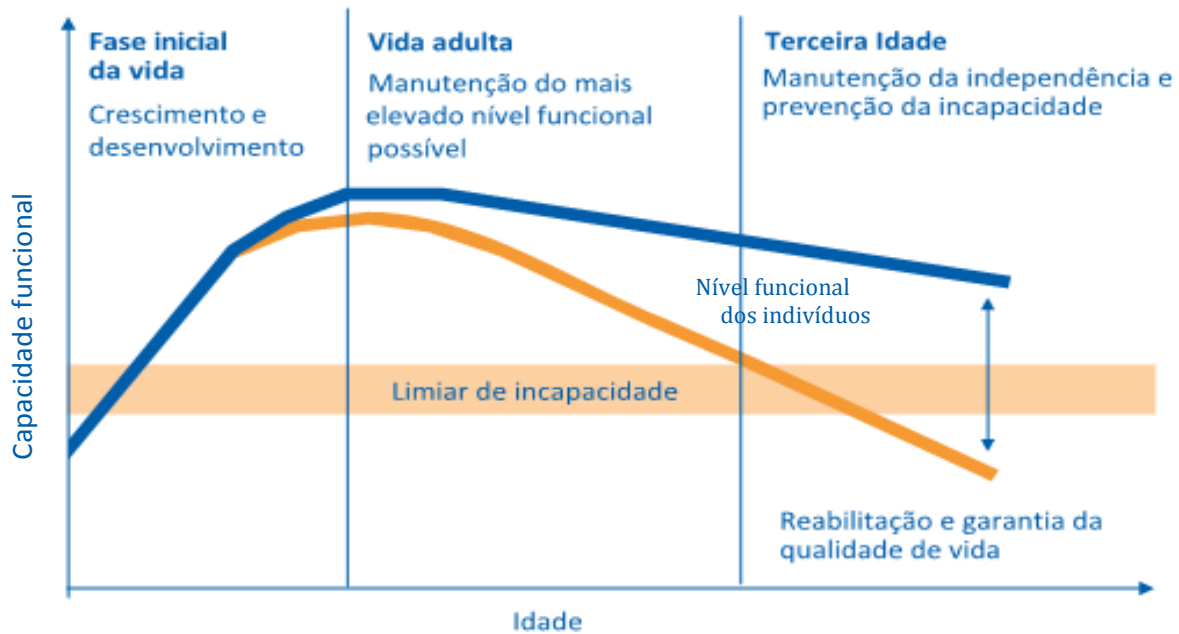


Figura 3. Manter a capacidade funcional ao longo da vida. (Fonte: Kalache & Kickbusch 1997, cit. in OMS, 2009)

Segundo a OMS (2012), o grau de declínio é determinado essencialmente por fatores relacionados com o estilo de vida, bem como com fatores externos sociais, ambientais e económicos. Sob uma perspetiva individual e social, é importante relembrar que a rapidez do declínio pode ser influenciada e que este pode ser reversível em qualquer idade, através de medidas individuais e públicas, tais como a promoção de um meio envolvente amigável do idoso:

- Edifícios e ruas sem obstáculos aumentam a mobilidade e independência
- Uma vizinhança segura que inspire confiança para sair à rua
- Apoio comunitário e serviços de saúde aos idosos reduzem o stress nas famílias.
- Idosos saudáveis têm impacto positivo como clientela da economia local.

A palavra-chave, no que diz respeito a cenários urbanos sociais e físicos amigáveis das pessoas idosas, é **capacitação**.

CAPÍTULO II – SEGURANÇA E POLICIAMENTO

1. Modelos de Intervenção Policial Dirigidos a Idosos

“O processo de envelhecimento tem profundas implicações na estrutura etária da população, que por sua vez, gera significativas alterações nas necessidades sociais e na atividade económica e política” (DGS, 2014).

A longevidade tornou-se um fenómeno atual e todos os aspetos a ela inerentes merecem uma reflexão aprofundada face às implicações culturais, sociais e securitárias. Refere Martins (2008), que é na procura de soluções que permitam atuar ao nível da prevenção, que se deve investir para que, num futuro próximo, casos de idosos a viver em situações de exclusão sejam apenas imagens do passado.

Em Portugal, foi a partir de meados dos anos noventa que a preocupação com a prevenção passou a estar na ordem do dia, muito devido à intensificação do discurso em torno da insegurança urbana e do crime, no que Castro, Cardoso & Agrad (2012) designaram de preventive turn português. Problemas como a imigração, exclusão social, zonas desfavorecidas da periferia de Lisboa e Porto e a associação entre estes problemas e o aumento do crime e da insegurança passaram a dominar o discurso público (...). (Castro, et al., 2012).

Assim, com a implementação da Lei de organização da investigação criminal (n.º 21/2000 de 10 de agosto) que ampliou as competências da Polícia de Segurança Pública (PSP) e da Guarda Nacional Republicana (GNR), ambas as forças policiais passaram a investigar crimes com pena máxima até cinco anos, quando apenas o faziam por crimes até três anos. Deste modo, as chamadas polícias preventivas começaram a entrar em domínios de acção e investigação criminal e forense, que até aqui eram da exclusiva competência da Polícia Judiciária (PJ).

Os efeitos mais notórios que tais políticas e formatos organizacionais têm tido na formulação de mapas do policiamento – uma atuação mais pró-social e outra mais anti criminal – são afinal aqueles que foram enunciados por Cunha (2008), Wacquant (2004, 2007) e outros: conjugações críticas entre duas formas aparentemente antagónicas, a proximidade e a proatividade. (Durão p.48)

De uma forma abrangente, o Ministério da Administração Interna (MAI) promoveu a criação de Programas Especiais, destinados aos grupos sociais mais vulneráveis e ao fenómeno da insegurança, que dizia inserirem-se na filosofia de proximidade. O policiamento de proximidade em Portugal, à imagem do que acontece noutros países, tem como principal meta reduzir a criminalidade e aumentar o sentimento de segurança do cidadão (Dias, 2008).

Assim, é de salientar que a Polícia de Segurança Pública e a Guarda Nacional Republicana implementaram o Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (PIPP) desenvolvendo o programa “Apoio 65 – Idosos em segurança” que, tal como o nome indica, está direcionado para os cidadãos que são afetados pelo envelhecimento, por estes serem mais vulneráveis, viverem isolados e estarem limitados colocando em risco a sua segurança, e está baseado em três grandes linhas:

- i) Implementação do modelo de ação policial ajustado às necessidades e características específicas da população idosa;
- ii) Participação ativa das comunidades locais e colaboração direta com as instituições que prestam apoio a esta população;
- iii) Divulgação de conselhos de segurança junto da população idosa;

A ação policial junto da população idosa, inserida num contexto preventivo, é efetivada quer através da realização de ações de sensibilização, onde são prestados vários conselhos de segurança, quer através de visitas domiciliárias com avaliação, sinalização, acompanhamento e encaminhamento dos idosos, para instituições de apoio social, quer ainda mediante o reforço do policiamento dos locais habitualmente frequentados por idosos. (Idem).

1.1 Guarda Nacional Republicana

Tal como consta da sua própria Lei Orgânica, a GNR tem por missão “(...) no âmbito dos sistemas nacionais de segurança e proteção, assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da lei”.

A GNR, enquanto “força de segurança, de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa” segundo o

Art.º 1.º da Lei Orgânica 63/2007, tem o “modo de atuar da autoridade administrativa que consiste em intervir no exercício das atividades individuais suscetíveis de fazer perigar interesses gerais, tendo por objeto evitar que se produzam, ampliem ou generalizem os danos sociais que as leis procuram prevenir” (Caetano, 2004, p.150).

A GNR, no que respeita ao policiamento de proximidade “Dedica, em exclusivo, meios e efetivos na operacionalização dos Programas Especiais de Policiamento de Proximidade” (Copeto, 2011, p.50). O mesmo autor refere ainda que “Estes meios, estruturados de forma simples e ágil, foram criados em conformidade com a implementação do primeiro programa especial, o Programa Escola Segura, para dar respostas ao solicitado pela tutela nesse âmbito, tendo assim nascido os Núcleos Escola Segura (NES)”

1.1.1 “Operação Censos Sénior”

Como já foi referido, a Organização Mundial de Saúde considera o aumento da proporção de população idosa no total da população como uma preocupação a ter em consideração e a avaliar.

Considerada como uma boa prática, a Operação Censos Sénior, realizada pela Guarda Nacional Republicana – GNR (2012), apresenta-se como uma das intervenções de grande contributo no conhecimento prático do aumento da população idosa em Portugal, ao cooperar para a caracterização desta população a nível nacional e na sinalização de situações de vulnerabilidade que carecem de acompanhamento social (GNR, s.d.).

Este projeto funciona como plataforma que identifica situações de pessoas idosas isoladas em situação de risco e vulnerabilidade e as encaminha para os serviços de apoio adequados à situação.

Segundo Carneiro et al. (2012), a GNR levou a efeito uma operação de recolha de dados “Operação Censos Sénior 2012”, direcionada aos idosos que vivem sozinhos e/ou isolados existentes na área de responsabilidade da GNR, que corresponde a cerca de 94% do território nacional e a 54% da população residente. Esta operação enquadra-se no Programa Idosos em Segurança que visa:

- Garantir o reforço da segurança dos idosos que vivem isolados;
- Apoiar todos os idosos, principalmente os que vivem isolados;

- Conhecer a sua situação na zona de ação da GNR;
- Intensificar a proximidade aos idosos isolados;
- Sensibilizar adequadamente os idosos para os diferentes tipos de criminalidade que sobre eles incidem com maior frequência;
- Ser diligente no atendimento pessoal ou telefónico;

Considerando a relevância desta problemática, em 5 de Abril de 2012, foi aprovada a Resolução da Assembleia da República n.º 61/2012, em que se recomendou ao governo que:

Art.º N.º 3 - Incentive o voluntariado de vizinhança, coordenado pelos concelhos locais de ação social e em estreita articulação com as FS e os serviços da segurança social, com o fim de identificar pessoas idosas em situação de isolamento, abandono e violência, e encaminhar para a rede social ou comissões sociais de freguesia que devem providenciar, tendo em consideração a vontade e autonomia da pessoa idosa, as respostas adequadas junto das entidades competentes.

Art.º N.º 4 - Valorize o envelhecimento ativo, nomeadamente com o voluntariado sénior, potenciando o relacionamento intergeracional através da troca de experiências, da passagem de testemunho cultural e assegurando um combate efetivo ao isolamento da pessoa idosa e favorecendo a sua saúde física e mental.

Art.º N.º 5 - Generalize a utilização da tecnologia, com especial relevo para a telemática, garantindo a segurança, vigilância, monitorização eletrónica e alarme das pessoas idosas. O isolamento social pode comprometer o envelhecimento ativo. Esta realidade, já identificada por várias entidades, é a razão pela qual se procura através da prevenção e da articulação, a identificação de situações de vulnerabilidade nesta população”.

1.2. Polícia de Segurança Pública

A Polícia de Segurança Pública, pela Lei n.º 53/2007, é uma força de segurança, uniformizada e armada, com natureza de serviço público, que tem como missão assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, nos termos da Constituição e da Lei.

Entre os grupos de pessoas mais vulneráveis destacam-se as pessoas mais idosas, que normalmente mais isoladas e fragilizadas necessitam, com frequência, do apoio de terceiros. Decorrente dessa dependência social, aumentam as debilidades securitárias, cabendo à PSP reduzir o seu sentimento de insegurança e contribuir para a diminuição dos índices criminais de atos que vitimam especificamente este grupo de risco.

A vulnerabilidade que torna a população idosa propensa à vitimação por crimes contra o património (roubo, burla, extorsão), contra a liberdade pessoal (ameaça, coação, sequestro) e contra a integridade física (ofensas à integridade física, violência doméstica, maus-tratos), associado a outros fatores de risco como o isolamento, conjeturas de abandono e a consequente decadência das condições de vida, fundamenta preocupação acrescida para a PSP. (PSP, s.d.)

Através da Diretiva Estratégica n.º 10/2006, de 15 de Maio, (...) com a implementação do Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (PIPP) e através da criação das Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima (EPAV), a temática dos idosos sobreleva-se como um dos objetivos primaciais do Programa, entretanto transformado em Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade (MIPP).

1.2.1. “Apoio 65 – Idosos em Segurança”

De acordo com a PSP, no âmbito do MIPP e do programa “Apoio 65 – Idosos em segurança”, foi implementado o programa “A Solidariedade não tem idade – A PSP Com os Idosos”, constituindo-se uma iniciativa do Ministério da Administração Interna que envolve a PSP e que visa garantir as condições de segurança e tranquilidade das pessoas idosas e deste modo prevenir e evitar situações de risco.

O programa encontra a sua sustentação técnico-conceitual através da Diretiva Operacional n.º 10/2012, em 24 de Maio, e assenta, basicamente, nos resultados dos Censos 2011 em que a população idosa em Portugal (+65 anos) representa cerca de 19% da população total, sendo que na última década, o número de pessoas idosas a viver sozinhas ou a residir exclusivamente com outras pessoas com 65 ou mais anos aumentou cerca de 28%. (Carneiro et al. 2012).

Acresce que, entre 2001 e 2011 houve um aumento exponencial de situações propensas ao isolamento social, principalmente da população com as características acima mencionadas.

Confrontando a população residente em Portugal em 2011, com a dos Censos de 2001, o quadro seguinte apresenta a respetiva composição relativa:

Quadro 1: Estrutura da População Portuguesa (em percentagem)

Idade	2001	2011
0-14 anos	16,0	14,9
15-64 anos	67,6	66,0
65+ anos	16,4	19,1

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011

Observou-se uma redução do peso dos jovens, de 16% para 14,9% (com menos de 15 anos de idade), um aumento do peso dos idosos de 16,4% para 19,1% (65 e mais anos de idade) e uma redução da população ativa de 67,6% para 66% (dos 15 aos 64 anos de idade). (Carneiro et al. 2012).

1.3 A Polícia Municipal

As polícias municipais têm a sua regulamentação na Lei n.º 140/99, de 28 de Agosto, que estabelece o regime e forma de criação das polícias municipais, no Decreto-Lei n.º 39/2000, de 17 de Março, que regula a sua criação, e também no Decreto-Lei n.º 40/2000, de 17 de Março, que decreta as condições e o modo de exercício de funções de agente de Polícia Municipal.

Diz ainda a Constituição que cada Polícia Municipal é criada pela Assembleia Municipal respetiva, que delibera sob a proposta da Câmara Municipal que seguir-se-á a votação pelos deputados municipais, após aprovação, fica dependente da sua ratificação pelo Conselho de Ministros, de forma a verificar a conformidade da decisão do órgão da autarquia com as disposições legais vigentes.

Embora, as polícias municipais, desempenhem uma função meramente administrativa e de fiscalização, podem ter um papel fundamental na prevenção do crime. Assim, o disposto do n.º 2 do artigo 3.º da Lei-organica expressa as funções de segurança preconizadas por esta polícia:

- Vigilância de espaços públicos ou abertos ao público, designadamente de áreas circundantes de escolas, em coordenação com as forças de segurança;
- Vigilância nos transportes urbanos locais, em coordenação com as forças de segurança;
- Intervenção em programas destinados à ação das polícias junto das escolas ou de grupos específicos de cidadãos;
- Guarda de edifícios e equipamentos públicos municipais, ou de outros temporariamente à sua responsabilidade;
- Regulação e fiscalização do trânsito rodoviário e pedonal na área de jurisdição municipal.”

Sousa (2011, p.111) concluiu que a atividade da Polícia Municipal, também, é “de prevenção do perigo para a ordem e segurança públicas (...) agindo se necessário, com recursos a meios de coação”.

De acordo com Gonçalves (2004), as polícias de segurança pública possuem uma característica mais territorial, enquanto as polícias administrativas e de investigação criminal são mais funcionais. Porém, como as polícias de investigação criminal têm por missão investigar delitos, descobrir infrações, reunir provas e deter infratores, exercem uma atividade repressiva, enquanto as polícias administrativas, como a Polícia Municipal, exercem uma atividade mais preventiva.

Por conseguinte, convém mencionar que a Polícia Municipal assume duas funções centrais, isto é, uma atuação preventiva e com uma funcionalidade de vigilância, na qual procura evitar que os delitos ou as infrações aconteçam e uma atuação de prevenção criminal, onde procura promover e aplicar medidas que protejam e salvaguardem a comunidade de focos de criminalidade (Oliveira, 2006).

1.3.1. Polícia Municipal de Santo Tirso

A referência específica à Polícia Municipal de Santo Tirso deve-se à participação do investigador junto das equipas de patrulha desta polícia no âmbito do estágio curricular.

Segundo refere o site da Câmara Municipal de Santo Tirso, “A Polícia Municipal de Santo Tirso, na prossecução das suas atribuições legais, é competente em matéria de

fiscalização do cumprimento dos regulamentos municipais e demais diplomas legais, desenvolvendo, simultaneamente, uma ação proativa na segurança local (nas suas diversas valências), com o objetivo da manutenção e melhoria da qualidade de vida dos munícipes.”

São também enumeradas as áreas de atuação, tais como “Segurança, Trânsito, Saúde Pública, Defesa e Proteção da Natureza e do Ambiente, Património Municipal, Urbanismo e Construção, Comércio e Abastecimento, Espaço Público, Diligências Processuais, Policiamentos e Suporte à Ação Social.”

Dentre elas destaco o Suporte à Ação Social no qual “Sinaliza, acompanha e encaminha situações que necessitam de intervenção social.”

No decorrer do estágio curricular, o investigador participou também em visitas ao domicílio com as técnicas da Ação Social, tendo previamente formulado um questionário dirigido aos idosos com o intuito de conhecer o seu contexto habitacional e o seu conhecimento e contacto com a PM de Santo Tirso. Porém, devido à fraca representatividade do mesmo, esta ferramenta de recolha de dados usada pelo investigador constará neste estudo exploratório apenas como elemento complementar informativo.

2. Insuficiências da intervenção Policial

2.1. (Dis)Funções das Forças de Segurança

O modelo de organização em Portugal das polícias é relativamente atípico, mesmo no seio da Europa (...). Os vários corpos de polícia, os denominados órgãos de polícia criminal, mantiveram-se tutelados por diferentes ministérios desde finais do século XIX, na altura em que sofreram forte incremento institucional e organizacional (Gonçalves, 2007). Tal é o caso dos principais corpos de polícia como as Polícias de Segurança Pública (PSP) e a Guarda Nacional Republicana (GNR), tuteladas pelo Ministério da Administração Interna, e a Polícia Judiciária (PJ), claramente vocacionada para a investigação criminal, é tutelada pelo Ministério da Justiça (Durão, 2008).

Algumas mudanças têm ocorrido no sentido de fazer crescer responsabilidades políticas e de coordenação no topo do sistema. (...) Todavia em termos organizacionais e operacionais a separação tutelar das diferentes polícias manteve-se e cada uma conserva autonomia no plano de funcionamento organizacional (*Idem*). Como defendeu Reiner (1985), em todos os

sistemas nacionais, as polícias mantêm uma certa autonomia no desenho das suas políticas, mas são também alvo de uma certa “politização”: conquistam poder para intervir nas regras, quer dentro da organização policial quer na sociedade em geral (Reiner, 1985 cit. in Durão, 2008, p.45).

Segundo Durão (p.47), desde a década de 1990 deram-se muitas mudanças estruturais em ciclos políticos curtos, o que evidenciou a necessidade de mudar leis de funcionamento das polícias. A distribuição territorial tradicional entre a GNR (para os domínios considerados rurais) e a PSP (para os domínios urbanos e metropolitanos) fazia-se de acordo com as mudanças socioeconómicas.

Desde o último censo à população (XIV Recenseamento Geral da População, INE), a continuada desertificação do interior e simultânea litoralização do país à par de um envelhecimento generalizado (...), fez às regiões metropolitanas de Lisboa e Porto crescer em população, em área de intensiva construção urbana e em desenvolvimento da atividade económica (Durão, 2008, p.47). Assim, a PSP tem visto aumentar progressivamente a sua presença nestes dois grandes eixos metropolitanos (...) enquanto a tem perdido em cidades mais pequenas (...) que passam a ser da responsabilidade da GNR, invertendo a tendência que a caracterizava desde finais do século XIX (Gonçalves, 2007, cit. in Durão, 2009).

No limiar deste século XXI, a sociedade viveu intensas transformações em que o cidadão não só conheceu os seus deveres, mas também os seus direitos e, desta forma, aprendeu a exigir uma melhor satisfação das suas necessidades, fundamentalmente no que respeita à prestação de serviços (MAI, 1999).

Esta necessidade de satisfação por parte dos cidadãos, aumenta ainda mais com algumas problemáticas que surgem no quotidiano, como é o exemplo do elevado crescimento demográfico que se verificou em zonas suburbanas, degradadas e altamente carenciadas, que desta forma desenvolveram as melhores condições para o aumento da criminalidade, fazendo crescer os apelos feitos pelos cidadãos à polícia (Alves, 2008).

Uma nova abordagem do fenómeno criminal assenta na premissa de que a efetividade do trabalho de prevenção criminal e a diminuição do sentimento de insegurança da sociedade aumentam substancialmente com o envolvimento da comunidade que deve ser geral, mas, essencialmente, deve privilegiar os grupos sociais mais vulneráveis (MAI, 1999).

Refere Durão (2009, p.47) que “o modelo da década de 1990, orientado para o policiamento de resolução de situações, uso intensivo de meios automobilizados (...) e num sistema de conexão com outros meios de emergência, foi abandonado”. Vigora atualmente um policiamento mais orientado para a “comunidade” e, baseando 80% do total do trabalho em esquadras, este modelo político apostou em mais formação profissional individual e em renovação de meios e armamento. Como lembra Frois (2006, cit. in. Durão, 2009, p.47), também têm vindo a ser implementadas, nas rotinas burocráticas policiais e não só, tecnologias de identificação de indivíduos (...) que se inserem numa tendência para a informatização do sistema de recolha, registo e partilha interna de informações policiais e bases de dados.

Segundo García (2006, p.340), as modificações do conceito de segurança devem-se essencialmente à turbulência e instabilidade originadas pela simultaneidade dos movimentos globalizante e individualizante. Refere Leandro (2009, p.133-165) a novidade do século XXI, a guerra do ciberespaço que há poucos anos parecia ficção científica, é já hoje um campo de batalha real e muito perigoso.

A segurança assume assim um novo conceito, abrangendo não só a segurança individual ou nacional, mas sim a segurança global, motivando a redefinição dos sistemas de informações e o papel das forças e serviços de segurança (Amaro, 2008, p.87).

2.2. Políticas Públicas de Segurança

O desafio lançado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) no documento publicado em 2002 «Active Ageing. A Policy Framework» consiste num arquétipo inovador com potencialidades ao nível da intervenção política local. Com a promoção de um «envelhecimento ativo» pretende-se a otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança de modo a permitir a qualidade de vida das pessoas no decurso do envelhecimento. No essencial, consiste em promover condições para a (i) integração, a (ii) securização e a (iii) saúde das pessoas que envelhecem.

O modelo de «envelhecimento ativo» preconiza medidas que incentivem uma vida integrada na sociedade, isto é, com participação na vida social, em segurança e com saúde. (Barros & Fernandes, 2014). Mas, segundo Carvalho (2013, p.74), são insuficientes os meios disponibilizados pela política pública para financiar os recursos para os idosos. A

crise económica é um fator de risco para o prosseguimento da melhoria da qualidade dos recursos para as pessoas idosas.

Em Portugal, de acordo com as projeções demográficas do Instituto Nacional de Estatística (INE), a população com mais de 15 anos deverá crescer até 2040 mas a população ativa deverá diminuir na década de 20; a população com mais de 65 anos deverá aumentar de 19% em 2011 para 32% em 2050; por outro lado, a população com mais de 80 anos deverá ultrapassar o valor de 1 milhão na década de 40, atingindo 1,3 milhões no final do período de projeção. (Carneiro et al. 2012, p.42).

O quadro seguinte apresenta os pesos de cada grupo etário do cenário central das projeções do INE:

Quadro 2. Peso dos grupos etários no total da População (em %)

Grupo Etário	2020	2030	2040	2050
0 – 14	13,8	12,5	12,2	12,1
15-64	65,6	63,3	59,5	56,0
65-79	14,8	17,3	19,6	21,1
80+	5,8	6,9	8,7	10,9
65+	20,6	24,2	28,3	32,0

Fonte: INE, 2010, Projeções demográficas

O peso da população jovem (0 aos 14 anos) diminui progressivamente ao longo do período de projeção, passando de 13,8% em 2020 para 12,1% em 2050. O peso da população ativa (15 aos 64 anos) deverá passar de 65,6% em 2020 para 56,0% em 2050. O da população idosa (65+) no total aumenta progressivamente de 20,6% em 2020 para 32,0% em 2050. (Idem).

Para Irene Carvalho (2013, p.74), o aumento da percentagem de pessoas idosas, a discrepância entre o número de novos e de velhos e a deterioração das condições de vida em todos os grupos etários (desemprego, dificuldades habitacionais) promovem a discriminação dos mais velhos. Deste modo, a proteção da vulnerabilidade é hoje uma preocupação central nas sociedades atuais, seja pela necessidade de adaptar as sociedades às necessidades

próprias deste grupo etário, como sejam as doenças crónicas associadas à idade, ou outras de natureza social e cultural. (Fonseca, 2012, p.153).

A legislação tem de ter em atenção que as pessoas idosas são cidadãos comuns, mas se integram num grupo vulnerável (...). É necessário e urgente criar legislação específica na área da violência contra os idosos que inclua ordens de restrição, relatórios dos atos e do prosseguimento da intervenção, liderança ou responsáveis pelas ações, isto é, acompanhamento das situações. (Carvalho, 2013, p.71).

É no âmbito das Políticas Públicas de Segurança direcionadas para as pessoas idosas que foi implementado pelo MAI (Despacho Ministerial n.º 56/96), o programa denominado “Apoio 65 – Idosos em Segurança” para dar respostas às necessidades de segurança dos idosos, considerando a sua especial vulnerabilidade (Valente, 2013, pp.28-29).

Segundo Durão e Leandro (2003, p.55), é no policiamento de proximidade desenvolvido nos programas de apoio ao idoso onde a atuação de mulheres agentes se faz sem ameaçar o *status quo* masculino tradicional pois na cultura profissional, os serviços da proximidade avivam as ambivalências profundas e tradicionais do mandato policial: entre apoiar e controlar (Cumming et al. 1973) isto gera resistências e adesões, dividindo os polícias entre si. (Durão, 2009, p.55).

A complexidade criminal exige que tenhamos conhecimento de outras instituições ou organizações que estejam envolvidas na nossa comunidade alvo, pois “ninguém melhor que as próprias comunidades para identificarem os seus próprios problemas e contribuírem para soluções eficazes e duradouras no sentido de devolver a tranquilidade e aumentar a qualidade de vida” (Leitão, 1999, p.9).

O sentimento de insegurança surge particularmente associado com locais densamente povoados e ambientes urbanos – espaços duplamente ricos em oportunidades e em riscos e fortemente polarizados socialmente. Como propõe Lourenço, o sentimento de insegurança surge enquanto conjunto de “manifestações de inquietação, de perturbação ou de medo, quer individuais, quer coletivas, cristalizadas sobre o crime” (Lourenço, 2010, p.7).

A perceção de risco individual é moldada pela presença de incivilidades que simbolizam a decadência urbana e problemas sociais. Estas são interpretadas como sintomas de uma ordem social frágil que coloca em causa os mecanismos de controlo social, bem como a organização, coesão e estabilidade sociais. (Granjeira & Cruz, 2013). Deste modo, para

suprimir os focos de instabilidade e garantir a segurança de uma comunidade, é importante que façamos uma aproximação à mesma, a fim de poder auscultar as suas necessidades (Oliveira, 2006). A insegurança trata-se, assim, de um problema que se “(...) combate em duas frentes simultâneas e complementares (...)” para além da tradicional repressão das consequências é necessário prevenir as suas causas” (Teixeira N., 2002, p. 10).

2.3 Modelos de Policiamento Urbano

Segundo o relatório Anual de Segurança Interna (2006, p.46) nos últimos anos (...) a criminalidade em Portugal contraria mesmo tendências globais e oferece ao país uma “posição particularmente privilegiada”, o que reforçaria princípios de uma ação de polícia pública preventiva. (Durão 2009, p.44).

Porém, numa pesquisa de opinião, que compara a perceção dos serviços policiais em várias cidades europeias, refere-se que os portugueses são dos menos satisfeitos (...), manifestam descrença nos resultados práticos e colocam o problema no excesso de burocracia, más infraestruturas das esquadras, falta de apoio e de humanismo em situação de vitimização. Tal avaliação culmina com o facto da sensação de insegurança em Portugal se manifestar superior à dos restantes países (DECO ProTeste, 2007, cit. in Durão, 2009, p.45)

A análise histórica mostra que existem vários fatores que contribuíram para a necessidade de uma mudança na estratégia policial: o isolamento dos agentes nos carros-patrolha; a redução do serviço policial ao combate ao crime; a sobrevalorização dos meios técnicos face à interação pessoal; ou o afastamento da polícia relativamente à comunidade (TrojanoWicz et al., 1998, p.53, cit. in. Lisboa, 2008). Como defende Manning (1978), o mandato policial se alargou de modo ímpar na história (...) tendo-se transformado num vasto domínio social impossível de gerir e de definir legalmente (Manning, 1978, p.7-31, cit. in Durão, 2009, p.47).

As políticas de segurança pública em Portugal tendem a evoluir em dois sentidos que prometem ser complementares, um considerado mais preventivo e outro mais pró-ativo.

Segundo Black (1978, cit. in Durão, 2009), as estratégias pró-ativas (...) denunciam meios para descobrir o crime à medida que este está a ser efetuado. As operações policiais coletivas são orientadas para a obtenção de resultados, de índices criminais posteriormente organizados e tratados em relatórios que circulam nos diversos canais que formam a opinião

pública. Assim, conclui Durão (2009, p.48), teríamos estratégias proactivas ao serviço de um fim maior: a prevenção criminal (...) com discussões em torno dos excessos e problemas associados à amplificação oferecida à discricionariedade policial por este tipo de abordagem anti criminal.

Segundo Lisboa (2008, p.3), o policiamento de proximidade tem como principais objetivos a redução da criminalidade e o aumento do sentimento de segurança aliado a uma maior satisfação com o serviço policial. Mas, conclui, o Policiamento de Proximidade como modelo que é proposto como alternativa ao tradicional policiamento reativo, que têm mostrado não ser completamente eficaz. Vários estudos têm revelado que a simples resposta a ocorrências e o patrulhamento aleatório pouco têm feito no sentido de resolver ou ajudar a resolver os problemas mais perenes e quotidianos das comunidades locais.

Segundo Durão (2009, p.46), mais do que a discussão do modelo efetivo a adotar – “policiamento de proximidade”, “polícia de resolução de problemas”, patrulha tradicional, subunidades especializadas ou brigadas de intervenção rápida – verifica-se uma conjugação híbrida de vários estilos de policiamento.

A “evolução do policiamento de primeira linha” em Portugal – na medida em que se centra na frequência de contacto direto com os cidadãos – acompanha as transformações demográficas do país. (Idem). As diferenças detetadas nos serviços de uma polícia de esquadra permitem desmitificar a ideia de que a atividade policial em contexto é homogénea e indecifrável por ser eminentemente opaca nas suas políticas da ação (Palacios Cerezales, 2005, cit in. Durão, 2009).

A pluralidade policial é um facto e a abertura da organização à mudança das filosofias do policiamento de proximidade, caracterizada como uma “revolução silenciosa” (Matrofski, 2002, cit. in Durão, 2009), parece ser uma realidade. Apesar das mudanças na filosofia organizacional, não têm havido um impacto análogo em todo o território. As inovações da proximidade dificilmente chegam aos territórios mais estigmatizados pelos polícias, pelo poder e pelos próprios habitantes que participam no processo (Katane, 2002, cit. in Durão, 2009).

Assim, os polícias são parte integrante de culturas urbanas, integram o mapa de ordens políticas para a cidade, nesse eficaz e disseminado exercício de micro-poder (Foucault, 1975, cit. in. Durão, 2009). Neste tipo de policiamento, torna-se necessário e imprescindível construir redes de “parcerias” com todas as forças vivas locais (...), com o objetivo de

efetuarem uma mobilização de recursos e conjugação de esforços, de forma a abordar os problemas de uma maneira global e interdisciplinar, partilhando, deste modo, responsabilidades com a comunidade (MAI, 1999).

Segundo Durão (2009, p.57), o processo de transformação das políticas do policiamento é gradual e convulsa, por múltiplos caminhos que se prendem com orientações globais e acontecimentos mundiais – em particular após os atentados terroristas de 11/09 e toda reação mundial que se lhe seguiu (AAVV 2004) – a que se encare o trabalho de polícia na segurança pública como trabalho eminentemente anti criminal. Assim, continua Durão, as influências globais no sentido de isolar e tornar alvo preferencial das polícias os fatores criminais podem modificar políticas nacionais, mesmo quando os contextos conhecidos as contrariam.

PARTE II – ENQUADRAMENTO EMPÍRICO

CAPÍTULO III – METODOLOGIA DE ESTUDO

1. Abordagem Empírica

Este projeto pretende ser um contributo para a perceção e o entendimento da nova realidade sociodemográfica das cidades, com os problemas decorrentes do envelhecimento da população urbana e a necessidade de construção de novas e mais adequadas formas de intervenção policial, em especial das Polícias Municipais.

O desenho deste projeto terá como base o estudo exploratório realizado no âmbito do estágio curricular na Polícia Municipal de Santo Tirso que permitiu ao investigador analisar a população idosa em particular desde a perspetiva de diferentes grupos profissionais: a Polícia Municipal e os Serviços da Ação Social da Autarquia.

Neste sentido, e perante a necessidade de avaliar a situação no seu conjunto, pois segundo Ketele e Roegiers (1993, p.45) uma avaliação não é mais do que “confrontar um conjunto de informações com um conjunto de critérios”, foi possível também algum contacto com a população alvo para perceber as principais necessidades e identificar fatores de risco.

Segundo Schenker & Minayo (205, p. 708), “risco é uma consequência da livre e consciente decisão de se expor a uma situação na qual se busca a realização de um bem ou de um desejo, em cujo percurso se inclui a possibilidade de perda ou ferimento físico, material ou psicológico”. No caso dos idosos, fatores de risco poderão ser: abandono familiar, maus-tratos intergeracionais, dependência no autocuidado, negligência, isolamento e um contexto comunitário inseguro ou desadequado às suas necessidades.

Larkos e Marconi (2001) afirmam que a investigação visa sobretudo alcançar respostas com intuito de solucionar problemas da vida das pessoas, através do método científico. Contudo, o envelhecimento social urbano em risco de isolamento é um fenómeno pouco exposto ainda e os próprios idosos são, muitas vezes, renitentes à qualquer intervenção exterior.

Assim, o investigador pretende seguir uma abordagem de natureza exploratória de cariz descritivo, uma vez que se pretende descrever o fenómeno do envelhecimento populacional tal e como ele é percecionado pelos profissionais de maneira a torná-lo mais conhecido e visível à comunidade (Fortim, 1999).

Em função da recolha de dados empíricos e face à literatura que aborda esta temática, o investigador procederá à produção de propostas de policiamento e de intervenção junto de idosos no entorno urbano.

2. Objetivos

Os objetivos gerais deste estudo são o (re)conhecimento da problemática do isolamento social de uma população idosa cada vez mais numerosa e fragilizada no contexto urbano e a adequação ou falta dela dos modelos de policiamento das diferentes forças de segurança, em especial da Polícia Municipal.

O conhecimento fornecido pela literatura na primeira parte deste projeto permitiu um melhor enquadramento destes objetivos. Uma menção especial ao alerta da Organização Mundial da Saúde para o desafio que supõe o progressivo envelhecimento demográfico num mundo em que o número de pessoas com mais de 60 anos, em termos de proporção da população global, aumentará de 11% em 2006 para 22% em 2050. Ao mesmo tempo, a OMS considera que o nosso mundo é uma cidade cada vez maior: desde 2007 que mais de metade da população vive em cidades. (OMS, 2008).

Os objetivos específicos que se pretendem atingir para a concretização dos objetivos gerais (Ander-Egg & Aguilar, 1999) partem tanto da literatura exposta como da perspetiva dos sujeitos de investigação e estão focalizados nos pontos seguintes:

- i) Noção do conceito de “idade” para caraterizar a “pessoa idosa”;
- ii) Grau de perceção do processo de envelhecimento da população;
- iii) Nível de visibilidade pública da população idosa em risco de isolamento;
- iv) Influência do contexto urbano no grau de isolamento da população idosa;
- v) Riscos inerentes ou prováveis nesta comunidade e formas de intervenção da polícia;

- vi) Modelos de policiamento, em especial da Polícia Municipal, e perspetivas de mudança e/ou adaptação;
- vii) Articulação entre as forças de segurança e outras entidades públicas;
- viii) Idiosincrasia da população idosa isolada em risco de isolamento.

3. Desenho Metodológico

A recolha de informação e de dados necessários para este estudo baseou-se quer em métodos quantitativos na forma de questionário experimental quer em métodos qualitativos na forma de entrevista semiestruturada.

O método do questionário, pela possibilidade de colocar uma série de questões a um grupo de inquiridos, traz inúmeras vantagens (Quivy & Campenhoudt, 1998) pois permite uma multiplicidade de dados e informação e, conseqüentemente, inúmeras análises de (cor) relação, de conhecimento de uma amostra da população (...). O mesmo autor alerta para algumas desvantagens, como a superficialidade das respostas (...) e a possível fraca representatividade da amostra.

No presente estudo foi elaborado um questionário experimental, com garantia de confidencialidade, dirigido aos idosos e que embora não seguisse o rigor de um questionário semiestruturado, contribuiria para a recolha de alguns dados relativos a comportamentos, modos de vida e situação familiar no contexto social urbano.

A amostra, pelas características da idade, isolamento e relutância em colaborar, revelou-se pouco representativa na elaboração de uma análise de um fenómeno social significativo (Quivy & Campenhoudt, 1998) como é o do Idoso urbano.

Do outro lado do espectro do risco, existem os fatores de proteção como diferentes eventos na vida que interagem entre si e alteram a trajetória da pessoa, produzindo uma experiência de cuidado, fortalecimento ou anteparo ao risco (Poletto & Koller, 2008).

Na amostra deste estudo, localizado no Concelho de Santo Tirso, aparecem como fatores de proteção possíveis os técnicos do Departamento da Ação Social e as forças de segurança da Polícia Municipal.

Uma vez que se pretende uma abordagem exploratória e a compreensão e descrição do fenómeno (Neves, 1996), o investigador optou por recolher a perspetiva que norteia a intervenção policial. Para tal efeito, selecionou quatro Agentes da Polícia Municipal do concelho de Santo Tirso para responder a uma entrevista semiestruturada, “tentando levar os sujeitos a expressar livremente as suas opiniões” (Bogdan & Biklen, 1994, p.16, cit. in Ribeiro, 2007, p.86).

Assim, através da linguagem verbal e não-verbal, é possível analisar com maior profundidade e reter uma perceção mais real da informação que se pretende (Quirvy & Campenhoudt, 1998), isto é, qual o grau e a natureza da intervenção da Polícia Municipal junto da população idosa urbana mais isolada e necessitada.

As entrevistas serão realizadas na esquadra da Polícia Municipal de Santo Tirso com sede na Central de Transportes (Rua das Rãs, loja nº 2), em local neutro e apropriado, na sala de reuniões, de forma a o entrevistado se sentir mais à vontade (Guerra, 2006). A duração da mesma será de aproximadamente 45 minutos e contará apenas com a presença dos dois elementos da entrevista.

Outro aspeto a ter em consideração será a gravação da mesma ao tempo que se vão tomando notas (Guerra, 2006). Para este efeito, o investigador pedirá autorização aos agentes que aceitaram participar neste trabalho de investigação e pesquisa.

Finda a recolha de todos os dados das entrevistas, será feita a transcrição integral do conteúdo das mesmas.

4. Resultados

Como indicado na abordagem empírica deste projeto, a metodologia aplicada sustenta-se no estudo exploratório realizado pelo investigador. Como tal, faz todo o sentido enquadrar neste ponto os resultados obtidos, uma vez que seguem a mesma linha de pensamento e permitem uma extrapolação para o contexto geral do presente estudo.

O objetivo direcionado especificamente à população idosa e baseado num questionário experimental com garantia de confidencialidade dos dados pessoais, não foi alcançado devido ao escasso número de intervenientes que aceitaram participar no programa.

Não entanto, o mesmo fica reproduzido na íntegra no Anexo E dada a importância qualitativa, e não tanto quantitativa, que as respostas tiveram para o investigador conhecer a realidade com que se confronta diariamente a população alvo de este estudo.

Assim sendo, só serão considerados os resultados obtidos das entrevistas com profissionais da polícia, dos quais poderão ser referidos alguns excertos, e cujas perguntas e respetivas respostas encontram-se disponíveis, na sua íntegra, nos Anexos A, B, C e D para consulta do leitor.

Posto isto, os resultados do projeto de investigação poder-se-ão consolidar e focar nas seguintes áreas face à literatura analisada:

i) Reconhecimento da realidade sociodemográfica urbana

Os resultados refletem que o conceito de “idade” para caracterizar a comunidade idosa é muito variável, desde “(...) talvez a partir dos 80 anos (...)” a “(...) dos 60-65 anos com já alguma probabilidade de apresentar problemas de saúde típicos da idade (...)” até “(...) não concordo que uma pessoa idosa seja definida pela idade (...)”.

Pelo contrário, a constatação do envelhecimento populacional em meio urbano, neste caso o Concelho de Santo Tirso, é unânime: “Santo Tirso, assim como no resto do país, tem uma população envelhecida, (...)” e maioritariamente do género feminino “(...) há mais mulheres idosas que homens idosos.(...)”. Como principais fatores são referidos “(...) a crise...(…), “(...) cada vez menos apoios à natalidade (...)” e “(...) ao avanço da medicina e da qualidade de vida (...)”

Tal como no conceito de “idade”, a perceção da dimensão da população idosa é muito díspar, desde “Penso que anda à volta dos 25 – 30%” a “(...) acredito que seja à volta dos 70%.” até “Não faço ideia”.

ii) Constatação do fenómeno de isolamento social do idoso em meio urbano

Os resultados mostram uma realidade pouco exposta pela falta de informação “Passa um pouco despercebido, como não fazemos o levantamento dos idosos que existem (...)” e “Os que acabamos por contactar são aqueles que andam por aí, na cidade (...) ou (...) nas

aldeias (...)” mas que se percebe uma elevação “Tantos idosos que ficam sozinhos em casa (...)”, “(...) por vezes é óbvio que estão completamente isolados (...)” e “(...) nota-se o grau de isolamento pelo facto de terem necessidade de falar(...)”.

Por outro lado, quando é referenciado, a Polícia Municipal de Santo Tirso não dispõe de meios para agir *“É um fenómeno com bastante visibilidade no meu dia-a-dia, até porque é uma área pela qual eu me interessava muito (...) não entanto não tenho grande intervenção junto deles porque na verdade não posso.”*

É de assinalar que se considera menor nos centros urbanos *“O núcleo urbano é bastante denso e as pessoas acabam por se conhecer (...)”, “O idoso no centro, está mais próximo da população e não tão isolado.”* e superior nas aldeias *“O maior isolamento sem dúvida está nas freguesias (...)”* onde *“(...) os meios de transporte não são de fácil acesso.(...) e há “(...) situações que eles moram no meio do nada, nem vizinhos têm.”*

As opiniões quanto à influência do nível socioeconómico no grau de isolamento convergem em que este é mais sentido pelos *“(...) idosos de classe social desfavorecida, pois têm menos poder económico (...)”* e por aqueles que *“(...) têm poucos estudos como era normal antigamente, e sempre viveram do trabalho no campo (...)”.*

iii) Adaptação dos modelos de policiamento ao envelhecimento populacional

Com o envelhecimento da população, os agentes da polícia verificam que *“(...) um grave problema que o isolamento acarreta são as possibilidades de roubos e burlas.”*, *“(...) acabam sempre por abrir a porta e dão os dados pessoais (...) e também “(...) acontecer algum acidente e a pessoa não tenha uma ajuda imediata (...)”.* Por outro lado constata-se a importância das visitas visto que *“(...) os idosos procuram principalmente o agente policial que (...) se dispõe a falar com eles, porque muitas vezes nem vizinhos têm para falar.”* e *“(...) essencialmente procuram atenção e (...) segurança emocional.”*

Porém, parece não haver mudanças no modelo de policiamento pois apesar da proximidade com a população idosa *“Não temos nada específico a nível de intervenção”, “As nossas intervenções (...) são derivadas de uma ocorrência ou incidente, portanto não são planeadas.”*, *“(...) acabamos por lidar com idosos mas devido a (...) participações.”*, *“Tivemos casos em que as famílias abandonam por completo os seus pais (...)”*, e quanto muito *“Prestamos informações ou alertamos de algum problema (...)”.*

Existe concordância que uma melhor adaptação traria resultados “(...) *porque contribuiria para o bem estar da população idosa.*” e “(...) *para nós conhecermos as zonas mais críticas de isolamento.*” À semelhança de outros municípios, em Santo Tirso “*Deveriam ser criadas equipas de proximidade a idosos (...)*” “(...) *onde se fizesse um levantamento dos idosos que existem para (...) visitas regulares (...) e tentar ajudar.*”. Acrescentam iniciativas como “(...) *realizar ações de formação nos centros onde estão idosos (...), ou lares, nas juntas de freguesia também se poderia fazer essas intervenções.*” e inclusive sugerem “(...) *fazer de intermediário com a câmara porque não sabem como contactá-la.*”.

iv) Insuficiências da intervenção das forças de segurança em articulação com outras entidades

A Polícia Municipal é uma polícia basicamente administrativa e fiscalizadora cuja atuação se limita ao Município de que depende; coopera, não entanto, com as forças de segurança (PSP, GNR, PJ, PM) na proteção das comunidades locais, nomeadamente através da partilha de informações.

Assim sendo, e no prosseguimento dos objetivos, é de assinalar a escassa e/ou nula partilha de informações sobre a população alvo deste projeto, como repetidamente alertam os agentes: “*Poderia haver, nem que fosse um mapa demográfico, onde se identificasse as zonas mais problemáticas assim como as pessoas lá residentes, para depois de alguma maneira poder ajudá-los. (...)*”.

Do mesmo modo e tendo a Polícia Municipal que dar cumprimento às normas regulamentares municipais com dependência direta da Câmara a que pertencem, os relatos mostram que em Santo Tirso até disso os agentes sentem a falta: “*Penso que poderia haver perfeitamente uma articulação da PM com a Ação Social e outros departamentos da Câmara. Seria fundamental, visto que eles possuem um levantamento das necessidades aos quais nós poderíamos atender. Seria uma parceria interessante e finalmente poderíamos fazer algo para ajudar neste problema.*”

v) Características da população idosa isolada e o relacionamento com a Polícia Municipal

O investigador não pode apresentar resultados neste ponto porque o objetivo a que se referem (objetivo viii) não foi concretizado dada a fraca representatividade do número de idosos isolados inquiridos. O motivo prendeu-se com a relutância em colaborar dada a difícil situação a nível pessoal e de relacionamento que o isolamento social provoca nesta população mais envelhecida.

Assim, o questionário experimental elaborado como ferramenta de recolha de dados só constará neste projeto para efeitos complementar e/ou informativo (Anexo F).

5. Discussão e Produção de Propostas

A análise dos dados recolhidos nas entrevistas com profissionais do meio policial, concretamente da Polícia Municipal, e o suporte da literatura do estado da arte sobre envelhecimento urbano e sobre modelos e formas de policiamento, permitiram contextualizar os objetivos delineados para este projeto e obter resultados.

Neste ponto, pretende-se que a discussão desses mesmos resultados possa produzir propostas que ajudem a sinalizar, prevenir e atuar de forma mais célere e bem direcionada numa perspetiva global da realidade sociodemográfica.

i) Os resultados neste ponto confirmam o reconhecimento por parte das forças de segurança do fenómeno de envelhecimento urbano mas também de um défice de formação específica que permita uma intervenção policial mais assertiva e efetiva na resolução dos problemas.

Proposta: Uma política autárquica o mais abrangente possível, substituindo o critério da idade pelo critério das necessidades e com programas específicos para um envelhecimento ativo, integrado e securizado. Poder-se-ia assim evitar a institucionalização dos idosos mais isolados e potenciar-se-ia o bem-estar da população idosa em geral.

ii) Os resultados neste ponto revelam uma disparidade da ação policial de concelho para concelho consoante o grau de autonomia nas funções policiais. No caso concreto do concelho de Santo Tirso, existe uma menor visibilidade do idoso urbano isolado e, mesmo quando referenciado, a atuação é principalmente reativa e não tanto pró-ativa.

Proposta: Espaços urbanos de média dimensão, como é o caso do concelho de Santo Tirso, não provocam o sentimento de receio e vulnerabilidade que as grandes cidades têm na vivência quotidiana dos idosos. Assim, as deficiências relatadas poderiam ser colmatadas, de um lado, com uma adequação das funções policiais às necessidades da população e, de outro, com a disponibilização de meios de transporte por parte do poder autárquico local.

iii) Os resultados neste ponto mostram que as forças policiais, neste caso da Polícia Municipal, têm consciência que o modelo efetivo a adotar na resolução de ações criminais deve ter em consideração as particularidades do coletivo social em que está inserido. Avogam por uma atuação mais pró-social e de proximidade perante uma população envelhecida e mais isolada bem como uma melhor coordenação com outras entidades sejam elas públicas ou privadas.

Proposta: Perante uma sociedade polarizada, em que o sentimento de insegurança e exclusão social afeta em particular a população-alvo deste estudo, é de todo necessário que os diferentes corpos de segurança unam esforços e saberes para uma evolução do sistema organizacional. A conjugação híbrida, mas sem ambiguidades, de modelos mais pró-sociais (policiamento de proximidade) e modelos de atuação anti criminal (policiamento de resolução de problemas) deveriam poder ser aplicados consoante as situações e os contextos.

iv) Os resultados neste ponto põem de manifesto a dificuldade ou défice de relacionamento entre os corpos de segurança, nomeadamente na partilha de informações. A Polícia Municipal, pela sua especificidade, é a que melhor reflete se existem insuficiências decorrentes da (in) definição das funções das forças de segurança ou duma excessiva padronização no policiamento urbano. Da mesma maneira alerta para a assunção das responsabilidades por parte do poder autárquico pelas políticas relacionadas com o envelhecimento demográfico.

Proposta: Os dados estatísticos obtidos em projetos como os “Censos Sénior” deveriam ser o ponto de partida, sempre atualizado, para práticas de intervenção e reflexão sobre a problemática do isolamento social de uma população cada vez mais envelhecida. A situação referida pelos Agentes da Polícia Municipal em Santo Tirso, com lacunas e falhas no acesso a fontes de informação, é sintomática dos entraves entre corporações diferentes, mas cuja cooperação redundaria na prevenção e promoção de um envelhecimento ativo e saudável.

Estando as Polícias Municipais na direta dependência das Câmaras do município a que pertencem, é evidente que a sua ação é por elas determinada e condicionada. Assim sendo,

considera este investigador que uma maior autonomização das competências das polícias, dentro do marco legal vigente, e num quadro de colaboração com outras entidades como os serviços de segurança social, juntas de freguesia, centros paroquiais, associações cívicas, lares e centros de dia, contribuiria para minimizar os riscos de isolamento, abandono e violência e potenciar o bem-estar biopsicossocial da comunidade mais envelhecida.

CONCLUSÃO

Este projeto de graduação foi baseado num estudo exploratório acerca do idoso isolado no qual se realizaram entrevistas semiestruturadas aos Agentes da Polícia Municipal de Santo Tirso.

Foi realizada uma pesquisa da literatura de suporte à temática, tendo-se posteriormente estruturado a metodologia do estudo, delineado os objetivos, apresentado e discutido os resultados com produção de propostas.

Sendo um dos principais objetivos deste estudo o conhecimento da problemática do isolamento social na população idosa, este foi plenamente atingido na pesquisa da literatura especializada nesta área. No entanto, os Agentes entrevistados, ainda que cientes da existência desta realidade no seu dia-a-dia, partilharam uma visão pouco esclarecida da dimensão do fenómeno devido à inexistência de levantamentos a nível local,

A Polícia Municipal, como organização de controlo social, tem um importante papel preventivo e dissuasor numa sociedade dinâmica e em mudança, que se traduz num reforço do sentimento de segurança das populações. Neste sentido, e em linha com o modelo de policiamento de proximidade, a Polícia Municipal de Santo Tirso carece de intervenção planeada junto dos idosos em risco, sendo que a maior parte deriva de ocorrências ou incidentes. Neste sentido, o segundo grande objetivo foi alcançado com as respostas inequívocas por parte dos Agentes entrevistados, sobre a falta de planeamento para intervenções específicas neste domínio, apesar de serem unânimes na necessidade de uma mudança no modelo de policiamento a este respeito.

Um dos objetivos específicos que o investigador pretendia atingir para a concretização dos objetivos gerais do estudo, era o de conhecer a idiossincrasia da população isolada e a sua relação com a Polícia Municipal, mas, como referido anteriormente, não foi concretizado devido à fraca representatividade do número de idosos inquiridos no questionário experimental.

A realização deste trabalho foi fulcral para o investigador. Permitiu-lhe desenvolver um conjunto de competências tanto de índole teórica devido à leitura abordada para a fundamentação teórica deste trabalho, como de índole prática por todo o processo de

investigação efetuada no terreno, sendo, no seu conjunto, uma experiência altamente enriquecedora.

Referências bibliográficas

- Alves, C. (2008). Em busca de uma Sociologia da Polícia. Lisboa: Edição da Guarda Nacional Republicana
- Amaro, A. (2008). Segurança humana e protecção civil na sociedade do risco: A crise do modelo estatocêntrico na (s) segurança (s). Revista: Territorium, Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança, 15, pp. 83-94.
- Amor, T. Percorrendo a (c)idade com idosos: a construção urbana da vulnerabilidade. CIDADES, Comunidades e Territórios. Repositório do ISCTE-IUL, v.23, pp.21-40, Dez, 2011. [Em linha]. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10071/4831>>. [Consultado a 07/08/2019].
- Ander-Egg, E. & Aguilar, M. J. (1999). Como elaborar um projecto: guia para desenhar projectos sociais e culturais. (15.^a Ed.). Lisboa: Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social.
- APAV (2014). Manual Titono. Para o atendimento de pessoas idosas vítimas de crime. Lisboa, artes gráficas Simões, Lda.
- Barros, M., J. e Fernandes, A., A. (2014). A promoção do envelhecimento ativo ao nível local: análise de programas de intervenção autárquica, Rev. Port. Sau. Pub. [online]. 32(2), p.188-196.
- Black, D. J. 1978 The Mobilization of Law. Em Policing. A View from the Street, P. K. Manning e J. Van Maanen (editores), pp. 167-186. Random House, Nova Iorque
- BIRREN, J. e CUNNINGHAM, W. - Research on the psychology of aging: Principles, concepts and theory. in J. Birren & K.W. Schaie (Eds.), *Handbook of the psychology of aging*. New York: Van Nostrand Reinhold, 1985.
- Bogdan, R., Biklen, S., (1994). Investigação Qualitativa em Educação – uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora.
- Caetano, M. (2004). Manual de Direito Administrativo (3^a Edição). Coimbra: Almedina
- Carneiro, R., Chau, F., Soares, C. e José, A. S. F. (2012). O Envelhecimento da População: Dependência, Ativação e Qualidade. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de

- Carvalho, M., I. (2013). Cartografia das Políticas de Combate à Violência em Idosos: Um Estudo Exploratório. *Research on Ageing and Social Policy*. 1. 10.17583/rasp.2013.479.
- Castro, J., Cardoso, C. e Agra, C. (2012). Crime Prevention in Portugal: In Hebberecht, P e Baillergeau, E. *Social Crime Prevention in Late Modern Europe*. pp. 79-302.
- Copeto, R. (2011a). A GNR e o policiamento de proximidade e segurança comunitária. *Revista: Segurança e Defesa*, 16, 48-54.
- Copeto, R. (Jan-Mar de 2011). A GNR e o Policiamento de Proximidade e Segurança Comunitária. *Segurança e Defesa*, pp. 48-54
- Cumming, E., I. Cumming e L. Edell 1973 (1965) *The Policeman as Philosopher, Guide and Friend*. Em *The Ambivalent Force*, editado por A. Niederhoffer e A. Blumberg, pp. 192. Rinehart Press, San Francisco
- Cunha, M.I. (2009) *Droga, Transformaciones de la Represión y Ambiguidades de la Seguridad: La Construcción de Objetivos en el Control de la Criminalidad Em La Seguridad Entre lo Global y lo Local, los Entornos Latinoamericanos*, editado por M.E. Suarez de Garay y J.C. Aguiar. Universidade de Guadalajara/Universidade de Amsterdão, Guadalajara, Amsterdão. En prensa.
- DECO ProTeste 2007 Muitos Crimes sem Denúncia. Dezembro 286: 30-34.
- Dias, A. (2008). Organizações e meio envolvente: o caso do “Policiamento de Proximidade”. [Em linha]. Disponível em <<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/659.pdf>>. [Consultado em 03/08/2019].
- Direção-Geral de Saúde [DGS] (2014). *Portugal Idade Maior em Números - 2014: A Saúde da População Portuguesa com 65 ou mais anos de idade*. Lisboa: DGS
- Durão, S. (2009). Produção de mapas policiais. Práticas e políticas da polícia urbana em Portugal, *Intersecciones en Antropología*, 10, 43-61.
- Durão, S. e A. Leandro, 2003, *Mulheres na Polícia: Visibilidades Sociais e Simbólicas*. Em *Etnografias Urbanas*, editado por G. I. Cordeiro, L. Batista e A. F. Costa, pp. 77-91. Celta Editora, Oeiras.

EUROPEAN COMMISSION – EUROSTAT - *Income and living conditions in Europe*. Brussels: European Commission, 2010.

Expressão Portuguesa; 31/08/2012. [Em linha]. Disponível em

<http://www.qren.pt/np4/np4/?newsId=1334&fileName=envelhecimento_populacao.pdf>

Fernandes, A. A. (2001). “Velhice, Solidariedades Familiares e Política Social” in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 36. Lisboa: CIES e Oeiras: Celta Editora, pp. 39-50.

Ferreira, Olívia Galvão Lucena et al. (2010). Significados atribuídos ao envelhecimento: idoso, velho e idoso ativo. *Psico-USF (Impr.)* vol.15, n.3, pp.357-364. [Consultado em 4-10-19].

Fonseca, A. M. G. (2004). Uma abordagem psicológica da "passagem à reforma" - desenvolvimento, envelhecimento, transição e adaptação. Porto: Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar/Universidade do Porto, Dissertação de Doutoramento.

Fernandes, A. (2004). Quando a vida é mais longa...Impactos sociais do aumento da longevidade. In M. Quaresma (Coord.), *O sentido das idades da vida: Interrogar a solidão e a dependência* (pp.13-36). Lisboa: Cesdet Edições.

Fernández-Ballesteros, R. (2000). Gerontología social. Una introducción in R. Fernández-Ballesteros (Dir.) *Gerontología Social*, Madrid: Pirámide. 31-54.

Foucault, M. 1975 *Surveiller et Punir. Naissance de la Prison*. Gallimard, Paris.

Fonseca, R., Gomes, I., Faria, P. L. e Gil, A. P. Perspetivas atuais sobre a proteção jurídica da pessoa idosa vítima de violência familiar: contributo para uma investigação em saúde pública. *Rev. Port. Sau. Pub.* 2012, vol.30 (2), pp. 149-162.

Fontaine, R. (2000). *Psicologia do envelhecimento*. Lisboa: Climepsi Editores.

Fontaine, R. (2000). *Psicologia do envelhecimento*. Lisboa: Climepsi Editores.

Fortin, M. F. (1999). *O Processo de Investigação: da conceção à realização*. Loures, Lusociência.

Frois, C. (2006). Recensão a Jane Caplan & John Torpey, *Documenting Individual Identity: The Development of State Practices in the Modern World*. *Análise Social* 178: 255-265

- Gorman, M. - Healthy and active ageing. EuroHealthNet, 2000. Disponível em [www.healthyageing.eu/sites/www.healthyageing.eu/files/resources/Healthy and Active Ageing.pdf](http://www.healthyageing.eu/sites/www.healthyageing.eu/files/resources/Healthy_and_Active_Ageing.pdf). [Consultado em 11/09/2019].
- García, F. P. (2006). As ameaças transnacionais e a segurança dos estados. Subsídios para o seu estudo. Revista Negócios Estrangeiros, (9.1), p. 340.
- Gonçalves, R. A. (2004). Psicologia Social da Justiça. In Félix Neto (Coord.). Psicologia Social Aplicada. Lisboa: Universidade Aberta, 247-262.
- Grangeia, H. e Cruz, O. F. (2013). Inseguranças urbanas e vitimações coletivas. Plataforma Barómetro Social. [Em linha]. Disponível em <http://www.barometro.com.pt/2013/12/12/insegurancas-urbanas-e-vitimacoes-coletivas/> [Consultado em 15/09/2019].
- Guerra, I. C. (2006). Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: sentidos e formas de uso. Estoril, Principia.
- Informática, P. (2000). Legix 2000 Bases de dados jurídicas. [CDROM].
- Kalache A, Kickbusch I. A global strategy for healthy ageing World Health, 1997, No. 4:4-5.
- Katane, D. 2002 Police, Population et Quartiers Sensibles. Une Sémantique à Questionner. Les Cahiers de la Sécurité Intérieure – Quartiers Sensibles ici et Ailleurs 49: 57-78.
- Ketele, J., Roegiers, X. (1993). Metodologia da Recolha de Dados: Fundamentos dos Métodos de Observações, de Questionários, de Entrevistas e de Estudo de Documentos. Lisboa, Instituto Piaget.
- Koller, S. & Polleto, M. (2008). Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. [Em linha]. Disponível em [Consultado em 10/09/2019].
- Lakatos, E. M; & Marconi, M. A (2001). Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. (5.ª Ed.) São Paulo: Altas.
- Leandro, J. E. G. (2009). Caminhos para uma segurança alargada em Portugal. Revista: Nação e Defesa 124 (4), pp. 133-165.

- Leitão, J. (1999). Causas da proximidade policial I. Revista da Polícia Portuguesa, 119, 9-13.
- Lisboa, M. e Teixeira Dias, A. L. Organizações e Meio Envolverte: o caso do ‘Policamento de Proximidade, In: Congresso Português de Sociologia, VI, 2008, Lisboa. Mundos Sociais: Saberes e práticas, 659, 2008,. In., Universidade Nova de Lisboa. Mundos Sociais: Saberes e práticas. Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: 25/06/2008. p.1–13.
- Livro: Quaresma, M. L., Fernandes, A. A., Calado D. F. e Pereira, M. (2004) O Sentido das Idades da Vida. Interrogar a solidão e a dependência. Lisboa, CESDET.
- Lourenço, Nelson (2010), Cidades e sentimento de insegurança: Violência urbana ou insegurança urbana?. Disponível em <<http://www.fd.unl.pt/Anexos/3841.pdf>> [Consultado em 12/09/2019].
- MAI, M. d. (1999). Policiamento de Proximidade - Técnicas de Proximidade Textos de Apoio B. Gráfica Peres.
- Maia, Fernando (1984), “O fenómeno do envelhecimento demográfico e a protecção social da população idosa”, Lisboa, separata de Estudos políticos e Sociais vol.XI – nº 1-2 – 1983, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
- Manning, P.K. 1978 Rules, Colleagues, and Situationally Justified Actions. Em Policing: A View from the Street, editado por P.K. Manning e J. Van Maanen, pp. 71-90. Random House, New York.
- Marmot M. Health in an unequal world. The Harveian Oration. Londres, Royal College of Physicians of London, 2006.
- Martins, R. (2008). Ser idoso hoje. Revista: Millenium, 1-8. [Em linha]. Disponível em <<https://revistas.rcaap.pt/millenium/article/view/8305>>. [Consultado em 05/08/2019].
- Matrofski, S. D. 2002 Policiamento Comunitário e Estrutura da Organização Policial. Em Como Reconhecer um Bom Policiamento. Problema e Temas, editado por J. P. Brodeur, traduzido por A. Pinheiro, pp. 197-229. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo.

- Ministério da Administração Interna. (1999). Policiamento de Proximidade Técnicas de Proximidade. Gráfica Peres.
- Morgana E.A. Meirelles: Atividade Física na 3ª Idade Rio de Janeiro: SPRINT – 3ª edição, 2000.
- Neves, J. L. (1996). Pesquisa Qualitativa – Características, Usos e Possibilidades. [Em linha]. Disponível em . [Consultado em 05-09-2019].
- Nunes, B., Silva, R. D., Cruz, V. T., Roriz, J. M., Pais, J., e Silva, M. C. (2010). Prevalence and pattern of cognitive impairment in rural and urban populations from Northern Portugal. BMC Neurology, 10(1), 42. doi:10.1186/1471-2377-10-42.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (2005). Envelhecimento Activo: uma política de saúde, 1.ª ed.
- Ocqueteau, F. 2003, Naissance de la Police Moderne. Pourvoir, Normes, Societé. Éditions la Découverte, Paris.
- Oliveira, J. (2006). As políticas de segurança e os modelos de Policiamento – A emergência do Policiamento de Proximidade. Coimbra: Almedina
- Organização Mundial de Saúde (OMS) no documento publicado em 2002 «Active Ageing. A Policy Framework.
- Paúl, C. (1991). Percursos pela Velhice: Uma Perspectiva Ecológica em Psicogerontologia. Tese de Doutoramento. Porto: ICBAS, Universidade do Porto.
- Palacios Cerezales, D. 2005 Presentación: Policía, Opacidad y Ciencias Sociales. Política y Sociedad – Policía y Ciencias Sociales 42 (3): 7-13.
- Paúl, C., Fonseca, A. M., Martín, I., e Amado, J. (2003). Psychosocial Profile of Rural and Urban Elders in Portugal. European Psychologist, 8 (3), 160–167. doi.org/10.1027//1016-9040.8.3.160
- Paúl, Constança (2005). Envelhecimento activo e redes de suporte social. [Em linha] Disponível em <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3732.pdf>> [Consultado em 10/10/2019]

Pinto, D. C. V. (2014). Por Que Vão Os Idosos Para Lares? Determinantes no Internamento De Pessoas Maiores De 65 Anos Em Instituições De Longa Permanência, Dissertação para a obtenção de grau de Mestre em Sociedade, Risco e Saúde, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.

Polícia Segurança Pública. [em linha]. Disponível em <<https://www.psp.pt/Pages/atividades/programa-apoio-65.aspx>> [Consultado em 05/08/2019].

Polícia de Segurança Pública [PSP]. A Solidariedade não tem idade. [Em linha]. Disponível em <www.psp.pt/Pages/atividades/Solidariedade_idosos.aspx> [Consultado em 05/10/2019].

Quaresma, M. (2004). Interrogar a dependência. In M. Quaresma (Coord.), O sentido das idades da vida: Interrogar a solidão e a dependência (pp.37-50). Lisboa: Cesdet Edições.

Quaresma, M. L., Fernandes, A. A., Calado D. F. e Pereira, M. (2004) O Sentido das Idades da Vida. Interrogar a solidão e a dependência. Lisboa, CESDET

Quivy, R., Campenhoudt, L. (1998). Manual de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa, Gradiva.

Rede comum de conhecimento [RCC]. Polícia de Segurança Pública (PSP). [Em linha]. Disponível em<[http://www.rcc.gov.pt/Directorio/Entidades/ac/Paginas/Pol%C3%ADcia-de-Seguran%C3%A7a-P%C3%BAblica-\(PSP\)---.aspx](http://www.rcc.gov.pt/Directorio/Entidades/ac/Paginas/Pol%C3%ADcia-de-Seguran%C3%A7a-P%C3%BAblica-(PSP)---.aspx)> [Consultado a 05/10/2019].

Report of the Second World Assembly on Ageing, Madrid, 8-12 Abril 2002. Nova Iorque, Nações Unidas, 2002.

Ribeiro, A. T. M. (2007), O Bullying em contexto escolar – estudo de caso. [Em linha]. Disponível em . [Consultado em 20-09-2019].

Rosa, M.J.V. (1996). O envelhecimento e as dinâmicas demográficas da população portuguesa a partir de 1960: dos dados ao dilema. In Barreto, A. (Org.), A situação social em Portugal, 1960-1995 (I Vol.) (pp: 191-214). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Silva, A. Formação, Percurso e Identidades Coimbra: Quarteto, 2003

- Sousa, António Francisco – Polícia Administrativa: Autoridades, Órgãos e competências. Revista de Estudos Jurídico-Políticos, nº 9/12. Polis: Porto, 2003, p. 111.
- Sara Arber, Jay Ginn. The Invisibility of Age: Gender and Class in Later Life. First Published May 1, 1991
- Schenker, M. & Minayo, M. (2005). Ciência & Saúde Coletiva. Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência, 10(3). [Em linha]. Disponível em [Consultado em 22/08/2015].
- Susana Durão, p.45, citando: Gonçalves, C.G., 2007 A Construção de uma Polícia Urbana (Lisboa 1890-1940). Institucionalização, organização e práticas. Tese de Mestrado inédita, Departamento de Sociologia, ISCTE, Lisboa.
- Susana Durão, p.45, citando: Reiner, R., 1985 The Politics of the Police. Wheatsheaf Books & Harvest Press, Sussex.
- Trojanowicz, Robert et al. (1998). Community Policing – A Contemporary Perspective. Cincinnati, Anderson Publishing.
- Teixeira, N. (2002). Contributos para a política de segurança interna. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Valente, A. (2013). Vitimização Criminal dos Idosos em Portugal - Análise Sócio Criminal dos Crimes Participados às Forças de Segurança em 2011. Lisboa: Cadernos da Administração Interna.
- Valente, A. (2013). Vitimização Criminal dos Idosos em Portugal - Análise Sócio Criminal dos Crimes Participados às Forças de Segurança em 2011. Lisboa: Cadernos da Administração Interna.
- Vaz, E. (2008). A velhice na Primeira Pessoa. Penafiel, Editorial Novembro.
- Vaz, E. (2008). A velhice na Primeira Pessoa. Penafiel, Editorial, 2008.
- Vaz, Ester (2008). A velhice na Primeira Pessoa. Penafiel, Editorial Novembro.
- Wacquant, L. 2004 Punir les Pauvres. Le Nouveau Gouvernement de l'Insécurité Sociale. Agone, Marseille.
- Wacquant, L. 2007 Parias Urbains. Ghetto, Banlieues, Etat. La Découverte, Paris.

Wenger, G.C., Davies, R., Shahtahmasebi, S., & Scott, A. (1996). Social isolation and loneliness in old age: Review and model refinement. *Ageing and Society*, 16, 333–358

Whitbourne, S. (2001, cit in Quaresma, 2004). Adult development and aging: Biopsychosocial perspectives. New York: John Wiley and Sons.

World Health Organization [WHO]. (2002). Active ageing: A policy framework. Madrid: WHO

Zimerman, Guite I. VELHICE – Aspectos Biopsicossociais. Porto Alegre: Artmed 2000

Webgrafia:

www.apav.pt

www-cm-stirso.pt

www.gnr.pt

www.psp.pt

Legislação:

Constituição da República Portuguesa, art.72º nº1 e 2º

Constituição da República de 1976 – artigo 63º

Constituição da República Portuguesa, art.237º nº3

Resolução da Assembleia da República n.º 61/2012, 5 de Abril, artigos 3º,4º e 5º.

Lei Orgânica de 2009 - Primeira alteração à Lei Orgânica n.º 1/2006, de 13 de Fevereiro.

Lei n.º 19/2004, de 20 de Maio – Fez a revisão da Lei-quadro que definiu o regime e forma de criação das polícias municipais.

Lei n.º 63/2007, de 6 de Novembro - Guarda Nacional Republicana

Lei n.º 21/2000, de 10 de agosto - Organização da investigação criminal

Lei n.º 140/99, de 28 de Agosto - Estabelece o regime e forma de criação das polícias municipais.

Decreto-Lei n.º 141/89, 28 de Abril - Define o regime jurídico e de proteção social dos ajudantes familiares.

Decreto-Lei n.º 39/2000, de 17 de Março - Regula a criação de serviços de polícia municipal.

Decreto-Lei n.º 40/2000, de 17 de Março - Regula as condições e o modo de exercício de funções de agente de polícia municipal.

Decreto-Lei n.º 239/2009, 16 de Setembro - Estabelece os direitos e os deveres dos agentes de polícia municipal.

Despacho Normativo n.º 67/89 da Secretaria de Estado da Segurança Social

Diário da República, 1.ª série — N.º 168 — 31 de Agosto de 2007

Lei-orgânica GNR, artigos 1º, e 2º

ANEXOS

Anexo A – Guião da entrevista semiestruturada a realizar aos Agentes da Polícia Municipal de Santo Tirso

Entrevista semiestruturada com aproximadamente 45 minutos de duração.

1. Dado o tema do meu estudo, para começar gostava de lhe perguntar: quando falamos de “idoso” ou “pessoa idosa”, o que é este termo significa para si?

2. Qual a sua perceção acerca do envelhecimento da população no concelho de Santo Tirso e quais os principais fatores que contribuem para essa evolução?

2.2. Tem uma ideia em termos de números (percentagens aproximadas) de pessoas idosas?

2.3. E serão mais mulheres ou homens? Na sua opinião apercebe diferenças entre os dois sexos nas maneiras de lidar com o envelhecimento? Conhece alguns exemplos que me possa dar?

3. Que tipo de intervenções são realizadas junto das pessoas idosas por parte dos agentes municipais?

3.1. Numa perspetiva muito franca e realista, pode-me dizer em que medida são -- ou não -- realizadas intervenções ou visitas dos agentes da PM a título mais preventivo e na ótica do policiamento de proximidade?

4. Sobre a questão (específica) do isolamento dos idosos: este é um fenómeno com visibilidade no seu dia-a-dia ou passa despercebido? Quando lida com ocorrências com idosos, numa primeira impressão, tem a perceção do seu grau de isolamento?

4.1. O isolamento pode ser quer a nível do domicílio (se vivem sozinhas ou com alguém), quer da própria localização, e até eventualmente de pessoas com idades mais jovens (dimensão relativa e comparativa). Que tipo de situações de isolamento existem, e em que número?

4.2. Com base na sua experiência, quais os problemas e riscos que o isolamento da pessoa idosa acarreta?

4.3. Acha que há alguma relação entre o nível de isolamento e a classe socioeconómica da pessoa idosa? Que perceção tem com base na sua experiência?

4.4. Sente que esses idosos junto dos quais intervém ou interveio, de alguma forma, procuram atenção/companhia ou ajuda por parte do agente policial?

5. Na sua opinião, em casos concretos de pessoas isoladas, de que forma a PM poderia intervir (se ainda não o faz)?

5.1 Em que medida concorda com que a sua carga horária incluísse algum tempo despendido para visitar e aumentar o sentimento de segurança na vida dos idosos de Santo Tirso?

5.2. Qual a sua opinião quanto ao “policiamento de proximidade” que a PM tem (ou não) com as pessoas idosas? É uma proximidade regular planeada, ou é uma proximidade resultante de algum incidente/ocorrência?

5.3. E na articulação da PM com outras entidades municipais e da comunidade alargada, qual a sua opinião do que poderia ser feito para melhorar a situação dos idosos isolados u mais carenciada?

Anexo B – Transcrição da entrevista semiestruturada (Agente da PM Santo Tirso)

1. Dado o tema do meu estudo, para começar gostava de lhe perguntar: quando falamos de “idoso” ou “pessoa idosa”, o que é este termo significa para si?

Certamente haverá uma definição para idoso e posso já dizer que não concordo que uma pessoa idosa seja definida pela idade. Conheço e relaciono-me com pessoas de idade que, se fossemos a seguir essa regra da idade seriam consideradas idosas, no entanto do meu ponto de vista o estilo de vida e a capacidade autónoma que têm surpreende-me.

2. Qual a sua perceção acerca do envelhecimento da população no concelho de Santo Tirso e quais os principais fatores que contribuem para essa evolução?

Santo Tirso, assim como no resto do país tem uma população envelhecida, possui uma taxa de natalidade cada vez mais pequena e as pessoas acabam por viver cada vez mais anos. Juntando a isso, verifico que há cada vez menos apoios à natalidade por parte do governo e cada vez mais cortes, por isso acho que o declínio é uma resposta normal das famílias que apenas se estão a defender da crise e cada vez mais esperam pelo momento certo para terem filhos. Em Santo Tirso observo essa mesma tendência que acabei de descrever.

2.1. Tem uma ideia em termos de números (percentagens aproximadas) de pessoas idosas?

Não faço ideia. Mas acredito que seja à volta dos 70%.

2.2. E serão mais mulheres ou homens? Na sua opinião apercebe diferenças entre os dois sexos nas maneiras de lidar com o envelhecimento? Conhece alguns exemplos que me possa dar?

Mais mulheres, não é certo, mas é a minha perceção. O que não tenho perceção é das diferenças que os dois sexos têm em lidar com o envelhecimento.

3. Que tipo de intervenções são realizadas junto das pessoas idosas por parte dos agentes municipais?

Não temos intervenções estipulas no serviço, apesar no nosso dia-a-dia acabarmos por lidar com idosos, mas devido a ocorrências e participações. Por exemplo, no outro dia

uma idosa estava a fazer uma fogueira e foi necessário intervir e alertá-la que não podia fazer fogueira por causa do tempo, etc., e acabamos por falar noutras coisas durante algum tempo. Neste caso houve um pouco dos dois lados.

3.1. Numa perspetiva muito franca e realista, pode-me dizer em que medida são -- ou não -- realizadas intervenções ou visitas dos agentes da PM a título mais preventivo e na ótica do policiamento de proximidade?

Neste momento aqui não existem intervenções dessa natureza.

4. Sobre a questão (específica) do isolamento dos idosos: este é um fenómeno com visibilidade no seu dia-a-dia ou passa despercebido? Quando lida com ocorrências com idosos, numa primeira impressão, tem a perceção do seu grau de isolamento?

Passa um pouco despercebido, como não fazemos o levantamento dos idosos que existem torna-se difícil saber. Os que acabamos por contactar são aqueles que andem por aí na cidade ou que eventualmente andam nas aldeias e saem à rua. Os mais isolados, que não têm tanto contacto com a população, tornam-se menos visíveis.

Em alguns casos nota-se o grau de isolamento pelo facto de eles terem necessidade de falarem, querem contar tudo, até admitirem que estão sozinhos.

4.1. O isolamento pode ser quer a nível do domicílio (se vivem sozinhas ou com alguém), quer da própria localização, e até eventualmente de pessoas com idades mais jovens (dimensão relativa e comparativa). Que tipo de situações de isolamento existem, e em que número?

Em termos de localização, na cidade de Santo Tirso, são poucos os casos de casas isoladas de outras. O núcleo urbano é bastante denso e as pessoas acabam por se conhecer e contactarem umas com as outras.

Existem isolamentos em que o idoso recebe esporadicamente visitas dos familiares ou não as recebe; o idoso recebe a enfermeira ao final do dia ou de manhã

4.2. Com base na sua experiência, quais os problemas e riscos que o isolamento da pessoa idosa acarreta?

Penso que seja acontecer algum acidente e a pessoa não tenha uma ajuda imediata ou não ter como pedir ajuda, sendo este o problema mais grave. Também o facto de não terem contacto pode mudar a mente da pessoa para pior e acelerar o seu próprio isolamento da sociedade.

4.3. Acha que há alguma relação entre o nível de isolamento e a classe socioeconómica da pessoa idosa? Que perceção tem com base na sua experiência?

Julgo que não, em qualquer classe económica existe isolamento. Numa classe alta o idoso pode ter assistência como uma empregada que vai duas vezes por dia dar de comer e ajudar, mas depois o idoso está o resto do tempo sozinho. Pode também acontecer o contrário, quando uma pessoa nem tem assistência, depende de alguém que a vá ver.

4.4. Sente que esses idosos junto dos quais intervém ou interveio, de alguma forma, procuram atenção/companhia ou ajuda por parte do agente policial?

Sim, companhia e atenção, principalmente.

5. Na sua opinião, em casos concretos de pessoas isoladas, de que forma a PM poderia intervir (se ainda não o faz)? Há algo que poderia ser feito para melhorar a intervenção da PM?

Tenho conhecimento de alguns programas que foram feitos em municípios vizinhos e acabo por ter o feedback de familiares que tinham apoio e intervenção em casa e o feedback foi excelente. Devíamos criar um programa semelhante, onde se fizesse um levantamento dos idosos que existem para talvez fazer visitas regulares e perceber os problemas deles e tentar ajudar.

5.1. Em que medida concorda com que a sua carga horária incluísse algum tempo despendido para visitar e aumentar o sentimento de segurança na vida dos idosos de Santo Tirso?

Concordo com isso. Seria perfeitamente possível.

5.2. Qual a sua opinião quanto ao “policiamento de proximidade” que a PM tem (ou não) com as pessoas idosas? É uma proximidade regular planeada, ou é uma proximidade resultante de algum incidente/ocorrência?

É quase 100% das vezes resultado de uma ocorrência ou incidente. Como disse anteriormente, não existe ainda intervenções dessa natureza.

5.3. E na articulação da PM com outras entidades municipais e da comunidade alargada, qual a sua opinião do que poderia ser feito para melhorar a situação dos idosos isolados ou mais carenciada?

Penso que poderia haver perfeitamente uma articulação da PM com a Ação Social e outros departamentos da câmara. Seria fundamental, visto que eles possuem um levantamento das necessidades aos quais nós poderíamos atender. Seria uma parceria interessante e finalmente poderíamos fazer algo para ajudar neste problema.

Anexo C – Transcrição da entrevista semiestruturada (Agente da PM Santo Tirso)

1. Dado o tema do meu estudo, para começar gostava de lhe perguntar: quando falamos de “idoso” ou “pessoa idosa”, o que é este termo significa para si?

Uma pessoa idosa é uma pessoa envelhecida, é uma pessoa a partir dos 60-65 anos com já alguma probabilidade de apresentar problemas de saúde típicos da idade, começa a manifestar cada vez menos autonomia no seu dia-a-dia, a atividade diária tende a diminuir e os cuidados e atenção têm que ser maiores.

2. Qual a sua perceção acerca do envelhecimento da população e quais os principais fatores que contribuem para essa evolução no concelho de Santo Tirso?

O conselho de Santo Tirso está a ficar cada vez mais envelhecido, é um concelho onde existe muito desemprego e como tal está a haver muita migração por parte da população jovem o que faz com que a população idosa aumente comparativamente à mais jovem. A falta de natalidade é também um fator que contribui para o envelhecimento.

2.1. Tem uma ideia em termos de números (percentagens aproximadas) de pessoas idosas?

Penso que ande à volta dos 25 – 30%.

2.2. E serão mais mulheres ou homens? Na sua opinião apercebe diferenças entre os dois sexos nas maneiras de lidar com o envelhecimento? Conhece alguns exemplos que me possa dar?

Pela minha experiência no dia-a-dia penso que serão mais mulheres.

O idoso masculino isola-se mais da sociedade, dos Agentes e dos técnicos da câmara. Em contrapartida o idoso feminino procura mais ajuda, procura contacto com a população e, no caso de lidar com Agentes de autoridade, a idosa procura muito mais o contacto e a companhia para se sentir melhor no seu dia-a-dia, de certa forma mais segura e protegida.

3. Que tipo de intervenções são realizadas junto das pessoas idosas por parte dos agentes municipais?

As nossas intervenções, praticamente todas, são derivadas de uma ocorrência ou incidente, portanto não são planeadas. Prestamos informações ou alertamos de algum problema quando temos que entrar em contacto com eles.

3.1. Numa perspetiva muito franca e realista, pode-me dizer em que medida são -- ou não -- realizadas intervenções ou visitas dos agentes da PM a título mais preventivo e na ótica do policiamento de proximidade?

Não são feitas ainda. Vai de encontro a pergunta anterior. A intervenção é por incidente ou ocorrência, não são estudadas nem planeadas infelizmente.

4. Sobre a questão (específica) do isolamento dos idosos: este é um fenómeno com visibilidade no seu dia-a-dia ou passa despercebido? Quando lida com ocorrências com idosos, numa primeira impressão, tem a perceção do seu grau de isolamento?

É um fenómeno com bastante visibilidade no meu dia-a-dia, até porque é uma área pela qual eu me interessou muito e gosto de ajudar, no entanto não tenho grande intervenção junto deles porque na verdade não posso. Conheço um caso de um idoso em França com dois apartamentos e a sua vida resumia-se a juntar todo o tipo de tralha e lixo, estava completamente isolado e queria viver nessa vida. Um dia a casa onde ele estava a viver ardeu e o idoso morreu.

4.2. O isolamento pode ser quer a nível do domicílio (se vivem sozinhas ou com alguém), quer da própria localização, e até eventualmente de pessoas com idades mais jovens (dimensão relativa e comparativa). Que tipo de situações de isolamento existem, e em que número?

O maior isolamento sem dúvida está nas freguesias, deve-se pelo local do domicílio, sendo que os meios de transporte não são de fácil acesso. O idoso no centro, está mais próximo da população e não tão isolado. É mais fácil interagir com outras pessoas e manter-se ativo na sociedade e à vista dos outros.

4.3. Com base na sua experiência, quais os problemas e riscos que o isolamento da pessoa idosa acarreta?

São suscetíveis de fraudes e burlas principalmente. Em termos de saúde, não conseguem ou não sabem marcar uma consulta por falta de conhecimento ou coragem para o fazer.

4.4. Acha que há alguma relação entre o nível de isolamento e a classe socioeconómica da pessoa idosa? Que perceção tem com base na sua experiência?

São mais isolados os idosos de classe social desfavorecida, pois têm menos poder económico e como tal não têm poder económico e não se podem deslocar tao facilmente. No outro extremo, quando o idoso tem possibilidades, costuma ter alguém por perto ou até estão inseridos em centros para idosos ou lares, não querendo dizer que estes também não sofram de solidão e se sintam isolados mesmo rodeados de pessoas.

4.5. Sente que esses idosos junto dos quais intervém ou interveio, de alguma forma, procuram atenção/companhia ou ajuda por parte do agente policial?

Sim, companhia e atenção e ajuda. Procuram informar-se sobre determinadas situações, o que fazer ou não fazer na sua vida ou sobre um assunto pendente a tratar do mais variado tipo, mas essencialmente procuram atenção e carinho por nós assim como segurança e segurança emocional.

5. Na sua opinião, em casos concretos de pessoas isoladas, de que forma a PM poderia intervir (se ainda não o faz)? Há algo que poderia ser feito para melhorar a intervenção da PM?

Deveriam ser criadas equipas de proximidade a idosos, essas equipas poderiam passar por casas de idosos para visitá-los, poderíamos realizar ações de formação nos centros onde estão idosos durante o dia, ou lares, nas juntas de freguesia também se poderia fazer essas intervenções.

5.1. Em que medida concorda com que a sua carga horária incluísse algum tempo despendido para visitar e aumentar o sentimento de segurança na vida dos idosos de Santo Tirso?

Concordo, é possível, é uma questão de vontade política. Seria muito favorável para os idosos e para nós conhecermos as zonas mais críticas de isolamento.

5.2. Qual a sua opinião quanto ao “policiamento de proximidade” que a PM tem (ou não) com as pessoas idosas? É uma proximidade regular planeada, ou é uma proximidade resultante de algum incidente/ocorrência?

Já existem polícias que fazem isso, como por exemplo da Câmara de Paredes que já faz contactos de proximidade. Todas as Polícias deveriam de ter um programa desses e pôr-nos a fazer essa proximidade junto dos mais necessitados, não temos essa autonomia para o fazer, para já.

5.3. E na articulação da PM com outras entidades municipais e da comunidade alargada, qual a sua opinião do que poderia ser feito para melhorar a situação dos idosos isolados ou mais carenciada?

Deveria de haver uma articulação entre a Ação Social com as juntas de freguesias, visto que é a entidade mais junta dos idosos. Podíamos intervir junto das freguesias de forma a saber a necessidade do conselho e podermos intervir junto deles.

Anexo D – Transcrição da entrevista semiestruturada (Agente da PM Santo Tirso)

1. Dado o tema do meu estudo, para começar gostava de lhe perguntar: quando falamos de “idoso” ou “pessoa idosa”, o que é este termo significa para si?

Para mim, uma pessoa idosa tem uma certa idade, não posso especificar uma idade, talvez a partir dos 80 anos, que se sinta já algo incapaz de gerenciar o seu dia-a-dia e que necessite de atenções especiais.

2. Qual a sua perceção acerca do envelhecimento da população no concelho de Santo Tirso e quais os principais fatores que contribuem para essa evolução?

Eu julgo que hoje em dia os idosos vivem mais anos, conheço pessoas já de idade muito avançada e que andam de perfeita saúde. A população no geral, penso que talvez, devido ao avanço da medicina e da qualidade de vida, prolongam a idade média de vida.

2.1. Tem uma ideia em termos de números (percentagens aproximadas) de pessoas idosas?

Não faço ideia.

2.2. E serão mais mulheres ou homens? Na sua opinião apercebe diferenças entre os dois sexos nas maneiras de lidar com o envelhecimento? Conhece alguns exemplos que me possa dar?

Julgo que há mais mulheres idosas que homens idosos. Existem mais mulheres para começar e os homens tendem a morrer mais cedo, é a perceção que eu tenho pela minha experiencia de lidar com pessoas que são na sua maioria mulheres. Os homens tendem a lidar com o envelhecimento de maneira mais conflituosa (com eles próprios e para com os outros).

3. Que tipo de intervenções são realizadas junto das pessoas idosas por parte dos agentes municipais?

Pois, não temos intervenções diretas, vamos falando com eles por variados motivos, por exemplo queixas, ou até para dar companhia (pelo menos no meu caso) porque vejo que estão sozinhos e infelizes. Não temos nada específico a nível de intervenção.

3.1. Numa perspetiva muito franca e realista, pode-me dizer em que medida são -- ou não -- realizadas intervenções ou visitas dos agentes da PM a título mais preventivo e na ótica do policiamento de proximidade?

Tenho conhecimento de outros colegas que fazem esse tipo de serviço e que vão ao encontro dessas pessoas mais idosas e isoladas do conselho, até para prevenção de diversas situações para não serem burladas. Neste caso, não temos muitas intervenções por parte da PM, para já.

4. Sobre a questão (específica) do isolamento dos idosos: este é um fenómeno com visibilidade no seu dia-a-dia ou passa despercebido? Quando lida com ocorrências com idosos, numa primeira impressão, tem a perceção do seu grau de isolamento?

Há situações em que me deparo com essa realidade. Tantos casos em que os idosos ficam sozinhos em casa sem família próxima, ou porque estão no estrangeiro, ou porque não querem saber deles, ou porque até nem tiveram filhos. O grau de isolamento numa primeira impressão é muito relativo e verificamos os dois extremos, por vezes é obvio que estão completamente isolados, e outras vezes, pela maneira como falam e se expressam, apercebemo-nos que têm companhia.

4.2. O isolamento pode ser quer a nível do domicílio (se vivem sozinhas ou com alguém), quer da própria localização, e até eventualmente de pessoas com idades mais jovens (dimensão relativa e comparativa). Que tipo de situações de isolamento existem, e em que número?

Posso começar por dar um exemplo. Conheço pessoas idosas que estão isoladas porque não tem carta de condução nem acesso a transportes públicos devido à zona onde vivem, por não terem acessos. Estes casos são muitos mais que as pessoas julgam.

4.3. Com base na sua experiência, quais os problemas e riscos que o isolamento da pessoa idosa acarreta?

Ficarem sozinhos, tristes, não estarem a par de notícias e informações fundamentais para a sua vida (aumentarem a qualidade de vida) e um grave problema que o isolamento acarreta são as possibilidades de roubos e burlas.

4.4. Acha que há alguma relação entre o nível de isolamento e a classe socioeconómica da pessoa idosa? Que perceção tem com base na sua experiência?

Aquelas que pessoas nunca estudaram, ou têm poucos estudos como era normal antigamente, e sempre viveram do trabalho no campo, penso que estão neste momento mais isoladas por causa do próprio estilo de vida. Outras pessoas, devido à atividade profissional, estão mais ligadas à cidade e habituadas a sair mais e a contactos com outras pessoas.

4.5. Sente que esses idosos junto dos quais intervém ou interveio, de alguma forma, procuram atenção/companhia ou ajuda por parte do agente policial?

Muito, sinto isso muito. Procuram sempre alguém para conversar um bocadinho e falar dos problemas delas ou da família ou do vizinho. Julgo que os idosos procuram principalmente o agente policial que se interessa e se dispõe a falar com eles, porque muitas vezes nem vizinhos têm para falar.

5. Na sua opinião, em casos concretos de pessoas isoladas, de que forma a PM poderia intervir (se ainda não o faz)? Há algo que poderia ser feito para melhorar a intervenção da PM?

Julgo que poderia ser feito algo, como por exemplo, enumerar os idosos que estão em situação crítica de isolamento e visita-los algumas vezes por semana com o objetivo de ver o que precisam, quer seja transporte, resolver algum problema da casa ou até fazer de intermediário com a câmara porque não sabem como contactá-la.

5.1. Em que medida concorda com que a sua carga horária incluísse algum tempo despendido para visitar e aumentar o sentimento de segurança na vida dos idosos de Santo Tirso?

Sim, seria importante. Penso que não haveria problema nenhum. Nesse tempo que estivéssemos lá, dávamos uma palavrinha com eles e oferecíamos companhia.

5.2. Qual a sua opinião quanto ao “policiamento de proximidade” que a PM tem (ou não) com as pessoas idosas? É uma proximidade regular planeada, ou é uma proximidade resultante de algum incidente/ocorrência?

Neste momento, é quase exclusivamente resultante de uma situação como uma queixa ou ocorrência. Penso que é algo que poderia mudar, pelo que disse antes, porque contribuía para o bem-estar da população idosa.

5.3. E na articulação da PM com outras entidades municipais e da comunidade alargada, qual a sua opinião do que poderia ser feito para melhorar a situação dos idosos isolados ou mais carenciada?

Poderia haver, nem que fosse um mapa demográfico, onde se identificasse as zonas mais problemáticas assim como as pessoas lá residentes, para depois de alguma maneira poder ajuda-los. Eu sei que em algumas freguesias, ligadas às igrejas, fazem esse tipo de trabalho junto das pessoas idosas e carenciadas e podiam ser apoiadas pelas PM, isso seria muito bom.

Anexo E – Transcrição da entrevista semiestruturada (Agente da PM Santo Tirso)

1. Dado o tema do meu estudo, para começar gostava de lhe perguntar: quando falamos de “idoso” ou “pessoa idosa”, o que é este termo significa para si?

São pessoas de uma certa idade, com mobilidade mais reduzida e que sofrem de carências aos mais diversos níveis, incluindo dentro da sociedade. Pela idade, podemos considerar que é a partir dos 65 anos (a partir da reforma) o que não concordo. Pela vertente da mobilidade, considero mais acertado a partir dos 70 – 75 anos. Tem muito a ver com a mentalidade das pessoas, uma pessoa com escolaridade e outra sem escolaridade, parece que não, mas tem impacto na sua perceção de pessoa idosa. Não considero a idade um fator determinante na classificação de idoso, pois tem mais peso a saúde, a autonomia, o estilo de vida e os olhos como as pessoas olham para os mais velhos.

2. Qual a sua perceção acerca do envelhecimento da população no concelho de Santo Tirso e quais os principais fatores que contribuem para essa evolução?

Em todo o conselho de Santo Tirso, há maior número de pessoas envelhecidas do que pessoas mais novas (comparativamente). No entanto se compararmos o nosso conselho a nível nacional, ainda temos bastantes jovens. O que contribui para o envelhecimento essencialmente é a crise... é verdade. Não há apoios e incentivos à natalidade.

2.2. Tem uma ideia em termos de números (percentagens aproximadas) de pessoas idosas?

Não faço a mínima ideia, mas de tivesse que arriscar, diria 30% os mais jovens e 70% os mais envelhecidos.

2.3. E serão mais mulheres ou homens? Na sua opinião apercebe diferenças entre os dois sexos nas maneiras de lidar com o envelhecimento? Conhece alguns exemplos que me possa dar?

Há mais mulheres que homens, estes por norma envelhecem e morrem mais cedo por norma. Pelo que eu verifico na rua, há mais mulheres que homens.

3. Que tipo de intervenções são realizadas junto das pessoas idosas por parte dos agentes municipais?

Interagimos bastante com os idosos e apercebemo-nos da necessidade que eles têm de falar com alguém. Tivemos casos em que as famílias abandonam por completo os seus pais e por isso nota-se que têm necessidade de desabafar sobre os seus problemas e o que os chateia.

3.1. Numa perspetiva muito franca e realista, pode-me dizer em que medida são -- ou não -- realizadas intervenções ou visitas dos agentes da PM a título mais preventivo e na ótica do policiamento de proximidade?

Atualmente, não existem esses parâmetros pelo que as intervenções são da vertente preventivas.

4. Sobre a questão (específica) do isolamento dos idosos: este é um fenómeno com visibilidade no seu dia-a-dia ou passa despercebido? Quando lida com ocorrências com idosos, numa primeira impressão, tem a perceção do seu grau de isolamento?

Com bastante visibilidade, só não repara e não nota quem não quer. Mesmo os próprios vizinhos sabem disso e ignoram completamente. Na cidade, não há tanta a perceção do grau de isolamento pois é mais fácil eles juntarem-se e conviverem, mas nas freguesias, de 0 a 10, diria um 7, o isolamento é bastante grande. Conheço situações que eles moram no meio do nada, nem vizinhos têm.

4.2. O isolamento pode ser quer a nível do domicílio (se vivem sozinhas ou com alguém), quer da própria localização, e até eventualmente de pessoas com idades mais jovens (dimensão relativa e comparativa). Que tipo de situações de isolamento existem, e em que número?

A situação pode ser tanto pela localização como a nível familiar. Quanto a pessoas de idades mais jovens não posso qualificar.

4.3. Com base na sua experiência, quais os problemas e riscos que o isolamento da pessoa idosa acarreta?

Pode haver uma necessidade e apelo de ajuda e não há quem socorrer. Há um desconhecimento sobre a nossa polícia embora a maior parte saiba que é da câmara. Outro problema é que eles abrem a porta a qualquer pessoa. Podem resistir um bocado e porem-se à defesa, mas acabam sempre por abrir a porta e dão os dados pessoais que as pessoas pedem. Nós, a PM, tentamos esclarecer quem somos e o que fazemos e incentivamos que nunca devem pagar qualquer quantia no domicílio, devem sempre deslocar-se aos sítios apropriados da câmara para efetuar os pagamentos.

4.4. Acha que há alguma relação entre o nível de isolamento e a classe socioeconómica da pessoa idosa? Que perceção tem com base na sua experiência?

Há realmente idosos que necessitam de dinheiro, a reforma não chega, para terem alguns bens materiais e o mínimo de condições. Há outras que ao longo da vida adquirem imóveis e móveis, mas não se querem desfazer deles apesar de precisarem de dinheiro. Podem sofrer de carências que o dinheiro facilmente resolvia, mas não se dispõem a vender as suas propriedades para aumentar o nível de vida, por uma questão de orgulho, talvez...

4.5. Sente que esses idosos junto dos quais intervém ou interveio, de alguma forma, procuram atenção/companhia ou ajuda por parte do agente policial?

Sim, sem dúvida. Notam-se em muitas conversas que temos com os idosos é que eles sentem uma grande necessidade de falar com os agentes pois são uma figura de autoridade e a maior parte têm muito respeito e muitas vezes expõem a sua vida completamente.

5. Na sua opinião, em casos concretos de pessoas isoladas, de que forma a PM poderia intervir (se ainda não o faz)? Há algo que poderia ser feito para melhorar a intervenção da PM?

Acima de tudo, há um assunto mínimo, mas de grande relevância, que são as visitas, ir visitá-los às habitações de vez em quando, não tanto aqui na cidade, mais às freguesias. Acho que realmente eles ficam todos contentes com a nossa visita e anseiam pela próxima.

5.1. Em que medida concorda com que a sua carga horária incluísse algum tempo despendido para visitar e aumentar o sentimento de segurança na vida dos idosos de Santo Tirso?

Dentro da carga horária isso seria bem possível. Imagino que 1 ou 2 horas por dia, quer no início do turno, quer no final do mesmo, penso que seria possível e sem grandes inconvenientes.

5.2. Qual a sua opinião quanto ao “policiamento de proximidade” que a PM tem (ou não) com as pessoas idosas? É uma proximidade regular planeada, ou é uma proximidade resultante de algum incidente/ocorrência?

É resultado de um incidente ou ocorrência, sem dúvida, nunca propositado, ainda não temos essa característica aqui na PM mesmo seguindo um modelo de proximidade.

5.3. E na articulação da PM com outras entidades municipais e da comunidade alargada, qual a sua opinião do que poderia ser feito para melhorar a situação dos idosos isolados ou mais carenciada?

Talvez uma articulação com o departamento da Ação Social, já temos feito esporadicamente uma coisa ou outra com este departamento, mas acho que poderia ser feita uma articulação mais regular porque seria ótimo para as pessoas em necessidade de ajuda.

Anexo F – Guião de questionário dirigido aos idosos de Santo Tirso



Questionário direcionado a Idosos de Santo Tirso

Nome do entrevistador: _____ Data da entrevista: _____

Nome do/a entrevistado/a: _____

Dados Sociodemográficos

1- Sexo:

1). Masculino

2). Feminino

2- Idade: _____

3- Habilitações Literárias:

1). Não sabe ler nem escrever

2). Ensino Básico

3). Ensino Secundário

4). Ensino Superior

5). Técnico / Profissional

4- Estado Civil: _____

Contexto de Habitação

5- Vive sozinho/a?

1). Sim

2). Não

6- Consegue realizar sozinho(a) as tarefas básicas diárias de higiene e saúde?

1). Sim

2). Não

- 3). Uma grande parte
- 4). Uma pequena parte

7- Em média, quantas horas passa sozinho/a diariamente?

- 1) Menos de 3h
- 2) De 3 a 5h
- 3) De 5 a 10h
- 4) Mais de 10h
- 5) Não sei

8- Tem filhos ou família próxima?

- 1) Sim
- 2) Não

9- Recebe visitas dos seus familiares?

- 1) Sim
- 2) Não
- 3) Se sim, quantas vezes por semana? _____

10- Recebe visitas dos seus amigos?

- 1) Sim
- 2) Não
- 3) Se sim, quantas vezes por semana? _____

11- Sente-se sozinho?

- 1) Sim
- 2) Não
- 3) Não respondo

12- Quem gere as suas finanças? _____

13- Alguma vez deu conta que lhe tirassem dinheiro?

- 1) Sim
- 2) Não
- 3) Não sei
- 4) Não respondo

14- Alguma vez foi insultado ou ameaçado por familiares?

- 1) Sim

- 2) Não
- 3) Não respondo

15- Alguma vez foi agredido fisicamente por familiares?

- 1) Sim
- 2) Não
- 3) Não respondo

16- Se respondeu sim em algum dos últimos pontos, apresentou queixa na polícia?

- 1) Sim
- 2) Não
- 3) Não responde

Contexto da Polícia Municipal de Santo Tirso

17- Tem conhecimento da existência da Polícia Municipal?

- 1) Sim
- 2) Não

18- Tem conhecimento da função/trabalho da Polícia Municipal?

- 1) Sim
- 2) Não

19- Alguma vez entrou em contacto com a Polícia Municipal?

- 1) Sim
- 2) Não

20- Alguma vez esteve em contacto com um agente da Polícia Municipal?

- 1) Sim
- 2) Não

21- Se já teve contacto, a Polícia Municipal resolveu o problema?

- 1) Sim

--

2) Não

3) Ajudou a resolver

22- Se já teve contacto, ficou satisfeito com o profissionalismo/ajuda prestada?

1) Sim

2) Muito satisfeito

3) Não

4) Não totalmente

23- Caso tivesse algum problema entraria em contacto com a Polícia Municipal?

1) Sim

2) Não

3) Possivelmente